

Revista DA Fiecc

REVISTA DA

A FORÇA DA PARCERIA



Publicação do Sistema
Federação das Indústrias
do Estado do Ceará
Ano X • N. 116 • Maio 2017



Especial Mês da Indústria

AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA DESTRAVAR O BRASIL

Homenageados com a Ordem do Mérito e a Medalha da Indústria



CAMILO SANTANA



CARLOS PRADO



CARLOS GAMA



EVERARDO TELLES



TRANSFORMAR

▶▶ É COMPROMISSO DO ◀◀

SISTEMA FIEC



O Sistema FIEC, por meio de suas entidades FIEC, SESI, SENAI e IEL, cuida da saúde e segurança dos trabalhadores, eleva o seu nível educacional, impulsiona o desenvolvimento de tecnologia e inovação e incentiva o empreendedorismo e a internacionalização dos negócios locais.

Trabalhamos incessantemente pela construção de uma indústria cada vez mais forte, competitiva e inovadora, que transforma realidades e possibilita um caminho de oportunidades para o nosso Ceará.



(85) 4009.6300

www.sfipec.org.br

[/sistemafiec](https://www.facebook.com/sistemafiec)

[/sistemafiec](https://www.twitter.com/sistemafiec)

 **Sistema FIEC**

Reverenciar trajetórias é uma forma de aprender o melhor caminho para vencer crises e tempestades.



Camilo Santana

Carlos Gama

Carlos Prado

Everardo Telles

**Parabéns aos agraciados com as medalhas
Ordem do Mérito Industrial e
Mérito Industrial - 2017**



Av. Barão de Studart, 1980 - 4º andar - Aldeota - Fortaleza - CE

 /cicceara

 www.cic.com.br

 85 3421-5412 / 5472



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Diretoria

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart

1º VICE-PRESIDENTE Alexandre Pereira Silva

VICE-PRESIDENTES Hélio Perdigão Vasconcelos,

Roberto Sérgio Oliveira Ferreira, Carlos Roberto Carvalho Fujita

DIRETOR ADMINISTRATIVO José Ricardo Montenegro Cavalcante

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO Marcus Venicius Rocha Silva

DIRETOR FINANCEIRO Edgar Gadelha Pereira Filho

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO Ricard Pereira Silveira

DIRETORES José Agostinho Carneiro de Alcântara, Roseane Oliveira de Medeiros, Carlos Rubens

Araújo Alencar, Marcos Antonio Ferreira Soares, Elias de Souza Carmo, Marcos Augusto Nogueira de

Albuquerque, Jaime Belicanta, José Alberto Costa Bessa Júnior, Verônica Maria Rocha Perdigão, Francisco

Eulálio Santiago Costa, Luiz Francisco Juaçaba Esteves, Francisco José Lima Matos, Geraldo Bastos Osterno

Junior, Lauro Martins de Oliveira Filho, Luiz Eugênio Lopes Pontes, Francisco Demontê Mendes Aragão.

CONSELHO FISCAL TITULARES Marcos Silva Montenegro, Germano Maia Pinto, Vanildo Lima Marcelo.

SUPLENTE Aluísio da Silva Ramalho, Adriano Monteiro Costa Lima, Marcos Veríssimo de Oliveira.

DELEGADOS DA CNI TITULARES Alexandre Pereira Silva, Fernando Cirino Gurgel.

SUPLENTE Jorge Parente Frota Júnior, Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart.

SUPERINTENDENTE GERAL DO SISTEMA FIEC Juliana Guimarães.

Serviço Social da Indústria – SESI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart

SUPERINTENDENTE REGIONAL Erick Picanço Dias

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Cláudio Sidrim Targino,

José Agostinho Carneiro de Alcântara, Lauro Martins de Oliveira Filho, Marcos Silva Montenegro.

SUPLENTE Marcelo Guimarães Tavares, Germano Maia Pinto,

Frederico Ricardo Costa Fernandes, Paula Andréa Cavalcante da Frota.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Fábio Zeck Sylvestre **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Denilson Albano Portácio **SUPLENTE** Paulo Venício Braga de Paula

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Maria José Gonçalves Marinho **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA NO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Antônio Martins dos Santos **SUPLENTE** Raimundo Lopes Júnior

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI / Conselho regional

PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL Paulo André de Castro Holanda

DELEGADOS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EFETIVOS Aluísio da Silva Ramalho,

Marcus Venicius Rocha Silva, Marcos Antônio Ferreira Soares, Roberto Romero Ramos.

SUPLENTE Márcia Oliveira Pinheiro, Ricardo Pereira Sales,

Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque, André de Freitas Siqueira.

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Virgílio Augusto Sales Araripe

SUPLENTE Samuel Brasileiro Filho

REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA DA PESCA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Francisco Oziná Lima Costa **SUPLENTE** Eduardo Camarço Filho

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EFETIVO

Fábio Zech Sylvestre **SUPLENTE** Francisco Wellington da Silva

REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO CEARÁ EFETIVO

Carlos Alberto Lindolfo de Lima **SUPLENTE** Francisco Teônio da Silva

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

DIRETOR-PRESIDENTE Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart

SUPERINTENDENTE Francisco Ricardo Beltrão Sabadia

Representantes da FIEC

MARACANAÚ Álvaro de Castro Correia Neto **HORIZONTE** Verônica Maria Rocha Perdigão

CARIRI Marco Aurélio Norões Tavares **REGIÃO NORTE** Jocely Dantas de Andrade Filho

Revista da FIEC

COORDENAÇÃO

Ana Maria Xavier | anamariaxavier@sfiec.org.br

EDIÇÃO

Luiz Henrique Campos | lhcamos@sfiec.org.br

REDAÇÃO

Ana Paula Dantas | apdantas@sfiec.org.br

Camila Gadelha | cfgadelha@sfiec.org.br

Marcellus Rocha | mrlima@sfiec.org.br

Sarah Coelho | scoelho@sfiec.org.br

Bárbara Holanda | bhbezerra@sfiec.org.br

Brenda Alvinho | bsoares@sfiec.org.br

FOTOGRAFIA

Giovanni Santos | gsantos@sfiec.org.br

José Rodrigues Sobrinho | jrsobrinho@sfiec.org.br

Lucas Moura | Especial para Sistema FIEC

DESIGN GRÁFICO

Fernando Brito | fernando@labarca.design

ILUSTRAÇÕES

Romualdo Faura | info@romualdofaura.com

REVISÃO DE TEXTOS

Silvânia Bravo Bezerra

ENDEREÇO | REDAÇÃO

Av. Barão de Studart, 1980 – 4º andar

Fortaleza-CE / CEP: 60.120-024

CONTATO

(85) 3421.5434 / 3421.5435

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC é uma publicação mensal editada pela Gerência de Comunicações (Gecom) do Sistema FIEC.

TIRAGEM

5.000 exemplares

IMPRESSÃO

Expressão Gráfica

GERENTE DE COMUNICAÇÕES

Ana Maria Xavier

PUBLICIDADE

(85) 3421.4203

E-mail: gecom@sfiec.org.br

Revista da FIEC – Ano 10. nº 116 (Maio de 2017)

- Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2017 -

v.: 21,5 cm

Mensal

ISSN 1983-344X

1. Indústria. 2. Periódico. I. Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Gerência de Comunicações

CDU: 67 (051)

Meus amigos,



O mês de maio é especial para o setor industrial em virtude da comemoração de nossa data máxima, que é o Dia da Indústria. No Ceará, este evento já se tornou tradicional, reunindo os mais representativos nomes de nossa sociedade. Neste data ainda reverenciamos símbolos importantes, que com suas trajetórias nos inspiram a cada dia a pensar e construir um mundo melhor. Este ano iremos homenagear com a Medalha do Mérito Industrial, os empresários Carlos Gama, Carlos Prado e Everardo Telles, sendo que o governador Camilo Santana será agraciado com a Ordem do Mérito Industrial, a ser concedida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A edição deste mês da Revista da FIEC é também especial, destacando o perfil dos nossos homenageados a partir de suas trajetórias e os seus legados como líderes em suas respectivas áreas de atuação. Mas a edição do mês de maio se volta ainda para um debate fundamental sobre os destinos do país, ao pautar a discussão em torno das reformas que estão em tramitação no Congresso Nacional. O Brasil vive um momento em que essas reformas não podem mais ser adiadas. Nesse sentido, procuramos oferecer aos leitores uma exposição fiel sobre as temáticas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

A FIEC espera com isso alimentar o debate e oferecer subsídio para que se possa discutir as reformas sem o radicalismo ideológico que tanto tem prejudicado às discussões de mérito em relação a essas questões.

Por fim, desejamos a todos uma boa leitura!

Beto Studart



▶ SESI CEARÁ

NOSSO NEGÓCIO É
TRANSFORMAR.

Com soluções nas áreas de Educação & Saúde e Segurança para a Indústria, o SESI Ceará proporciona bem-estar para os colaboradores e um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo para a indústria.

**Transformador para as pessoas,
estratégico para a economia
cearense.**



(85) 4009.6300 www.sesi-ce.org.br /sesiceara



Sumário

maio 2017

**CAMILO
SANTANA**



**CARLOS
PRADO**



CARLOS GAMA



**EVERARDO
TELLES**



*ILUSTRAÇÃO
DE CAPA*
**ROMUALDO
FAURA**

10

Vocação para a boa política

16

O paulista que fez a vida no Ceará

22

"Águas mansas não fazem bom marinheiro"

30

Muitas ideias na cabeça e um conglomerado de empresas nas mãos

ESPECIAL

38

As reformas que o Brasil precisa para destravar o seu desenvolvimento

MARCOS OLIVEIRA / AGENCIA SENADO





Camilo Santana:

Vocação para a boa política

EM JANEIRO DE 2015, O GOVERNADOR DO CEARÁ, CAMILO SANTANA, RECEBEU A REVISTA DA FIEC PARA UMA DE SUAS PRIMEIRAS ENTREVISTAS APÓS ASSUMIR O MANDATO. A SOLICITAÇÃO HAVIA SIDO FEITA EM DEZEMBRO, MAS O ENTÃO GOVERNADOR ELEITO, POR INTERMÉDIO DE SUA ASSESSORIA, PEDIU QUE SOMENTE FOSSE REALIZADA APÓS TOMAR POSSE, OFICIALMENTE NO CARGO. LOGO NA PRIMEIRA SEMANA DEPOIS DE EMPOSSADO O CONTATO FOI REFEITO, E APESAR DA AGENDA APERTADA, O JÁ GOVERNADOR CUMPRIU O COMPROMISSO DE RECEBER A REVISTA DA FIEC. A ENTREVISTA, AGENDADA INICIALMENTE PARA 20 MINUTOS NO GABINETE DO PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, SE ESTENDEU POR QUASE 40.

*POR LUIZ HENRIQUE CAMPOS
FOTOS GIOVANNI SANTOS*



A disposição de Camilo para o diálogo pode surpreender para quem não conheça a trajetória desse jovem governador que completará 49 anos no próximo mês de junho. A sua história, porém, tem na política um viés definidor de seu perfil. Filho de Ermengarda Maria de Amorim Sobreira e de Eudoro Walter de Santana, Camilo conviveu desde cedo com a militância política do pai.

Eudoro foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFC e da Juventude Universitária do Ceará, foi preso na época do Regime Militar e demitido da Petrobras, onde trabalhava, e atuou como sindicalista. Na década de 1970, fundou o MDB no Cariri e passou a conviver com personagens como Ulysses Guimarães e Miguel Arraes.

O caldo de cultura dessa convivência com o pai em momentos difíceis deixou marcas profundas em Camilo que o influenciaram até hoje. “Aos seis anos, vi meu pai ser preso pelo DOI-CODI (presenciei). Isso me marcou muito. Assistia na minha casa o entra e sai de ‘subversivos’ perseguidos, vindos de todo o Brasil que lá encontravam abrigo”, ressalta.

Ao mesmo tempo em que essa relação produzia elementos de tensão, despertava na tenra idade de Camilo uma paixão. Como disse certa vez, em entrevista à Revista Fale!, “acho que tenho vocação para a política.” Vocação que acabou sendo reforçada pela sedução dos momentos vivenciados à época. “Me lembro de quando eu fui com o meu pai para o aeroporto esperar Miguel Arraes no dia em que ele voltou do exílio para o Brasil”, recorda Camilo, que na ocasião tinha oito anos.

Eudoro, natural de Quixeramobim, além de Camilo, é pai de Andréa Maria Sobreira de Santana, Tiago Sobreira de Santana e Isabel Maria Sobreira de Santana. Dos quatro, coube a Camilo seguir o caminho do pai, que formado

em engenharia civil, foi deputado estadual de 1987 a 1998. Em dezembro de 2007, Eudoro Santana recebeu o título de cidadão fortalezense, e fez questão de destacar que as decepções vividas em vários trechos de sua caminhada política não o abateram. “Ao contrário, deram mais energia para persistir com a esperança e a certeza de que um mundo melhor, mais generoso, um mundo de paz é possível”, disse.

Eudoro destacou também a coincidência de receber o título no Plenário da Assembleia, a Casa “onde passei um dos períodos mais ricos da minha vida”, e aproveitou para ressaltar a nova dimensão do Legislativo. “Ao Parlamento, como o Poder mais aberto e democrático, está reservada a missão de aprofundar a democracia, fortalecer a cidadania e articular a sociedade para com ela encontrar soluções para os problemas que nos afligem”, ressaltou.

A fala de Eudoro era apenas a síntese do que Camilo teve como formação em casa. A preocupação com o outro, a possibilidade de construir um mundo melhor a partir das diferenças e a crença no diálogo para a efetivação das transformações moldaram a personalidade de quem tivera o destino traçado pela política no seu sentido mais nobre, que é a busca do bem comum por meio do instrumento do consenso entre as partes.



"Acho que tenho vocação para a política. Me lembro de quando eu fui com o meu pai para o aeroporto esperar Miguel Arraes no dia em que ele voltou do exílio para o Brasil."

■ CAMILO É FILHO DO EX-DEPUTADO ESTADUAL EUDORO SANTANA, DE QUEM HERDOU A VOCAÇÃO E O GOSTO PELA POLÍTICA

GIOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC



"Às vezes, a gente fica preocupado em deixar uma marca, mas a marca que eu quero deixar para o povo cearense é a do diálogo, do acolhimento, essa é a minha marca. O fato de ser do PT ou do PSDB não importa. O importante é que as boas ideias, independente de que classe sejam, precisam ser absolvidas. Estamos falando do bem da população, do bom resultado."

Nascido no Crato, na região do Cariri, Camilo Santana, casado com Onélia Leite e pai de dois filhos, Pedro e Luisa, formou-se em Engenharia Agrônoma e é mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O período de faculdade, porém, não o afastaram da política. Na época de estudante universitário foi presidente do Centro Acadêmico de Agronomia e diretor do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC, instituição que houvera sido comandada pelo pai, Eudoro, alguns anos antes.

Depois de formado, Camilo foi admitido por concurso como servidor público federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e professor do Curso de Saneamento Ambiental do Centro de Ensino Tecnológico do Ceará (CENTEC) em Juazeiro do Norte, onde foi coordenador. Foi ainda superintendente adjunto do Ibama no Ceará em 2003 e em 2004.

Antes disso, conheceu experiências cooperativistas na área de agricultura em viagens de intercâmbio a países como Nicarágua, Colômbia, Argentina, França, Portugal, Israel e nos Estados Unidos, onde estudou por um ano na Califórnia. A veia política de Camilo, todavia, sempre esteve a florada e em 1990 se filiou ao PSB.

Candidato a prefeito de Barbalha em 2000 e em 2004, já agora filiado ao PT, atuou como coordenador de campanha de Cid Gomes ao governo do estado em 2006. Com o resultado favorável para o governo, ganhou o respeito de Cid que o convidou a compor seu secretariado na pasta de Desenvolvimento Agrário. Na função, foi responsável por projetos importantes nas áreas de linhas de crédito, assistência técnica e seguro safra para diversos produtores rurais.

Na eleição proporcional de 2010, disputou o cargo de deputado estadual sendo eleito com 131 mil votos, conquistando a maior votação do pleito. A experiência administrativa, no entanto, fez com que Cid Gomes, reeleito, o chamasse novamente para compor sua equipe, desta vez, na pasta das Cidades.

Na pasta, foi responsável por impulsionar o "Minha Casa, Minha Vida" no Ceará, além de outros grandes projetos urbanos e ambientais, como o Maranguapinho e o Cocó. Ao se destacar nas missões executivas e com perfil eleitoral em alta, o nome de Camilo chegou a ser ventilado como provável candidato à sucessão de Luizianne Lins à prefeitura de Fortaleza em 2012, mas a fissura que levou ao rompimento político do PT Luzianista e o grupo dos Ferreira Gomes inviabilizou Camilo como o candidato.



O destino político promissor, no entanto, não lhe poupou tempo. Dois anos depois, Camilo seria candidato à sucessão de Cid Gomes ao governo do estado, em aliança que trazia de volta ao mesmo palanque os Ferreira Gomes e o PT. Em uma disputa de risco com o então senador Eunício Oliveira (PMDB), na qual começara com pequena margem nas pesquisas de intenção de voto, Camilo surpreendeu e no primeiro turno obteve 47,81% dos votos válidos contra 46,41% de Eunício Oliveira. No segundo turno, Santana alcançou 53,35% dos votos válidos contra 46,65% de Eunício.

Com dois anos e meio de mandato, a gestão Camilo Santana tem-se destacado por um período de extrema abertura com a sociedade, mas também de adversidades que fogem à alçada da sua administração. Nesse sentido, o estado lida com um prolongado período de seca no qual as reservas hídricas estão se exaurindo.

Ao mesmo tempo, a conjuntura política nacional ainda gera incertezas sobre os desafios a serem enfrentados. Nesse contexto, todavia, o Ceará aparece como um dos estados no qual as finanças estão equilibrados e perfeitamente administráveis, o que influencia na imagem fora do país. O reflexo disso são as perspectivas que surgem de novos investimentos a cada dia para alavancar a nossa economia.

Camilo tem noção do que isso significa, mas não quer que o seu governo seja conhecido apenas por uma marca física ou numérica. “Às vezes, a gente fica preocupado em deixar uma marca, mas a marca que eu quero deixar para o povo cearense é a do diálogo, do acolhimento, essa é a minha marca. O fato de ser do PT ou do PSDB não importa. O importante é que as boas ideias, independente de que classe sejam, precisam ser absolvidas. Estamos falando do bem da população, do bom resultado”, finaliza. ■



Carlos Prado:

O paulista que fez a vida no Ceará

MESMO HÁ 44 ANOS NO CEARÁ, CARLOS PRADO AINDA TRAZ O SOTAQUE PAULISTA NO FALAR MANSO. UM DOS MAIORES EMPRESÁRIOS DO RAMO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO RELEMBRA OS ALTOS E BAIXOS DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COM UM OLHAR DE QUEM AMA O QUE FAZ E NÃO TEVE MEDO DE SE ARRISCAR.

*POR BRENDA ALVINO
FOTOS LUCAS MOURA
E GIOVANNI SANTOS*



Formado em Economia, com passagens pelo Banco do Brasil por concurso público e administrador de empresas em São Paulo. Essas foram algumas das funções que Prado exerceu antes do seu lado empreendedor falar mais alto. Para contar essa história, é preciso voltar à década de 1970 com o nascimento da Cemag – Máquinas Agrícolas Ltda.

O trabalho como escriturário no departamento de engenharia e mecânica da agricultura da Secretaria da Agricultura de São Paulo, em Assis, interior do estado, foi o que aproximou o então empresário à agricultura. “Nessa época, tive um contato maior com a agricultura, com trabalhos de mecanização nesse ramo. Quando saí do Banco do Brasil, uma das minhas primeiras atividades foi reorganizar uma empresa que tinha algumas fazendas e produzia café, algodão e amendoim. Foi aí que tive um contato mais firme com a agricultura, e a mecanização agrícola acabou me levando para a industrialização de máquinas agrícolas”, conta.

RELAÇÃO COM O CEARÁ

Em 2017, a Cemag completa 44 anos aqui em Fortaleza. A trajetória da empresa em terras alencarinas começa quando Carlos Prado procura uma forma de vender as máquinas que estavam nas suas instalações, em São Paulo, após dificuldades nos negócios. Conforme conta, sua importadora de máquinas para colheita de amendoim atrasou na entrega, o que resultou na perda da safra.

A produção seguinte também foi perdida por conta da chuva demasiada e assim as máquinas ficaram paradas. Nesse período, Prado fez contato com todas as regiões do Brasil para tentar ver onde as máquinas de colheita poderiam ser usadas. No Ceará, ele descobriu que havia um projeto grande de plantio de caju, liderado pelo governador à época, César Cals.

No meio dos cajueiros que estavam recém-plantados, havia a possibilidade de plantar amendoim para ajudar na atividade econômica do produtor. “Enquanto um cajueiro comum demorava três a quatro anos para começar a produzir, as grandes empresas daqui, que apostavam na cultura do amendoim, tinham dificuldade na colheita. Eu tinha as máquinas que poderiam solucionar esse problema. Quando descobri isso, no mesmo dia acabei vindo para cá. Vim e solucionei o problema oferecendo as máquinas que eu tinha”, relembra.

Prado propôs trazer as máquinas por conta própria e alugar aos investidores. Depois do bom negócio feito, César Cals ficou sabendo que o empresário tinha um projeto para instalar a fábrica de máquinas em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Interessado, Cals indagou se Carlos tinha interesse em trazer o projeto para o Ceará. “Eu disse que desde que tivessem condições, seria viável. Fiz uma relação dos itens que o governo precisaria atender, com as condições que o Ceará teria que dar para que a gente instalasse a fábrica aqui. Elenquei uma série de condições, como local adequado, financiamento para o início da produção, e em pouco dias ele atendeu essas solicitações. Por isso foi tão rápida a decisão de instalação”.



"Eu disse que desde que tivessem condições, seria viável. Fiz uma relação dos itens que o governo precisaria atender, com as condições que o Ceará teria que dar para que a gente instalasse a fábrica aqui."

PRADO
CRIOU A ITAUEIRA
AGROPECUÁRIA S/A,
SEGUNDA MAIOR
PRODUTORA DE MELÃO
DO BRASIL, DEZ ANOS
DEPOIS DA INSTALAÇÃO
DA CEMAG

GIOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC



Para a instalação, era preciso também um escritório que pudesse servir de base para o início das atividades. À procura de um local, Prado ficou sabendo de um prédio na Avenida Francisco Sá, ao lado de uma empresa do Grupo Edson Queiroz. “Edson Queiroz nos alugou o prédio. Antes, perguntou para mim: ‘eu vou te alugar o prédio, mas quem vai ser o fiador?’ Eu disse: ‘bom, não conheço ninguém aqui, não tenho nenhum fiador aqui’. Edson falou: ‘rapaz, eu fui com a tua cara. Você faz contrato em nome da empresa e você mesmo vai ser o fiador. Então as coisas se aceleraram e a gente acabou vindo para o Ceará e instalando a Cemag”, relembra. O industrial chegou no estado no dia 1º de julho de 1973 e no dia 13 de agosto do mesmo ano a empresa já estava oficialmente instalada.

Com sorriso nos lábios, as memórias parecem fazer com que ele reviva todas as emoções que a mudança de São Paulo para o Ceará o proporcionou. Sobre a família, Carlos diz que a adaptação foi fácil, porque antes de decidir pela instalação da fábrica aqui no estado, sua mulher veio conhecer o lugar que futuramente ia servir de palco para as várias conquistas do hoje segundo maior produtor de melão do Brasil. “Com poucos dias nos adaptamos, o povo sempre foi muito acolhedor. Ela se sentiu muito bem e nos mudamos rapidamente”.

PRODUÇÃO DE MELÃO

A Itauera Agropecuária S/A, segunda maior produtora de melão do Brasil, surgiu dez anos depois da instalação da Cemag. Ela veio após iniciativa do estado do Piauí que tinha interesse em desenvolver uma região semiárida no centro-sul daquele estado. Para isso, contrataram empresa de consultoria para contactar empresas que tivessem imposto de renda a recolher. “A Cemag, nessa época, estava bem lucrativa e tinha imposto a recolher. Isso serviria para que nós investíssemos, principalmente, no Piauí”, diz.

O projeto da empresa com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que recebera apoio do governo do Piauí na celeridade da tramitação acabou não indo à frente. “A Sudene mudou as regras do jogo inviabilizando a implantação de uma fazenda para a pecuária de corte. Eram 10 mil hectares e a Sudene mudou para mil hectares, o que inviabilizou totalmente o projeto”. Com isso, Prado foi procurar outra atividade que pudesse substituir a pecuária. Encontrou o caju. Na época, o negócio não oferecia rentabilidade. Segundo conta, a única forma de vendê-lo seria como fruta resfriada. Foi desenvolvido um projeto junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa local, que na época se chamava Centro Nacional de Pesquisa do Caju.

“Os pesquisadores começaram a nos ajudar em testes com o caju anão, que era uma novidade na época. Nele, encontramos algumas variedades e entre elas uma que oferecia um caju saboroso, mais doce. A partir daí, implantamos todo um sistema de embalagem de resfriamento para transportar o caju por caminhões frigoríficos até São Paulo, porque lá tinha mercado que valorizava a fruta”, relembra.

A tecnologia foi fornecida por um pesquisador da Universidade Federal do Semiárido de Mossoró, Rio Grande do Norte. Ele conseguiu, por meio de pesquisas, resfriar o caju por 20 dias. Prado considerou a técnica um avanço e



"Com poucos dias nos adaptamos, o povo sempre foi muito acolhedor. Ela se sentiu muito bem e nos mudamos rapidamente."

foi com essa tecnologia que a Itaueira começa a surgir no mercado. O caju era resfriado e embalado em cumbucas. Era tratado pela Itaueira, como uma preciosidade e se tornou o início da atividade rentável da empresa.

Carlos Prado é o típico brasileiro que não desiste fácil. A empresa, que hoje é a segunda maior produtora de melão do país, começou suas atividades em 1983 e só obteve seu primeiro lucro gerado em 1994. "Foram 11 anos de muito investimento", resume. Só que a trajetória da Itaueira iria tomar um novo rumo. O caju resfriado se tornou um sucesso e depois de muita propaganda da Embrapa, vários produtores resolveram plantar o caju e mandar pra São Paulo. "Assim, os preços caíram muito. Então, nós começamos a ver que aquele produto logo, logo seria um desastre".

Nesse intervalo, um dos clientes da empresa teve a ideia de levar o mesmo tratamento com o caju para outra fruta. O melão amarelo, conhecido como melão pepino, porque não tinha sabor nenhum, surge para impulsionar os negócios da empresa. "Fatalmente tínhamos um bom negócio com o melão. Desenvolvemos uma série de pesquisas para melhorar o produto, e desde 1999 produzimos o melão amarelo, agora uma marca conhecida no mercado: o Melão Rei. Envolto em uma redinha, ele tem sido o principal produto da Itaueira Agropecuária".

CIDADÃO CEARENSE

Mesmo com dificuldade de produzir por conta da falta de chuvas, o Ceará ainda encanta o industrial. O terceiro dos sete filhos do agricultor João Horta do Prado e de Lupérsia Bernardes Prado tem fazendas também nos estados do Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte. Orgulhoso, ele mostra os quadros na parede do escritório. Neles estão as fotos das fazendas pelo Nordeste e o título de cidadão cearense pendurado. "Recebi o título em 2013 com muita honra. Fui muito bem acolhido aqui", fala com sorriso no rosto.

Seu irmão mais novo tem uma criação de búfalas no município de Paracuru, litoral oeste do Ceará e mora em Fortaleza. "Ele produz derivados de leite de búfalas e leite bovino. É uma criação pioneira no Ceará. Veio para cá como sócio da Cemag e resolveu tocar a vida dele com negócio mais tranquilo. Está vivendo bem disso e está satisfeito", conta.

Quando perguntado sobre a atual condução da empresa, Prado diz que os filhos já estão assumindo a diretoria. "Depois disso, eu estarei na minha casa buscando emprego", brinca. "Hoje, cada vez mais, estão assumindo a condução da empresa. Fico alguns meses sem ir à fazenda, por exemplo. Eles que vão, que cuidam dos detalhes". Mas enfatiza. "Claro que o conselheiro está sempre aqui, né?!"

O paulista que fez a vida no Ceará, mesmo em meio às dificuldades nos negócios, nunca pensou em fazer o caminho contrário e voltar para São Paulo. Também não pensa sobre planos futuros e diz que se deve viver o presente. "Quando as coisas têm que dar certo, tudo se encaixa. Eu vim aqui para o Ceará porque não consegui vender as minhas máquinas importadas. Veio o insucesso com o projeto que tínhamos e que a Sudene inviabilizou. Depois veio o caju e a queda dos preços da fruta fez com que a continuidade com o negócio fosse inviável. Você faz seus planos, desenha toda uma perspectiva de futuro, mas o chefe lá em cima é que decide se está de acordo ou não".

Ao olhar para trás, o empresário diz perceber que tudo o que aconteceu serviu para determinar um rumo na sua vida que não havia previsto. "Você acabou indo para aquela direção porque não tinha outro caminho a seguir. É uma mensagem que quero transmitir aos empresários: prestem atenção no insucesso de hoje, ele pode ser a ferramenta ou pode indicar o caminho do sucesso de amanhã", enfatiza. ■

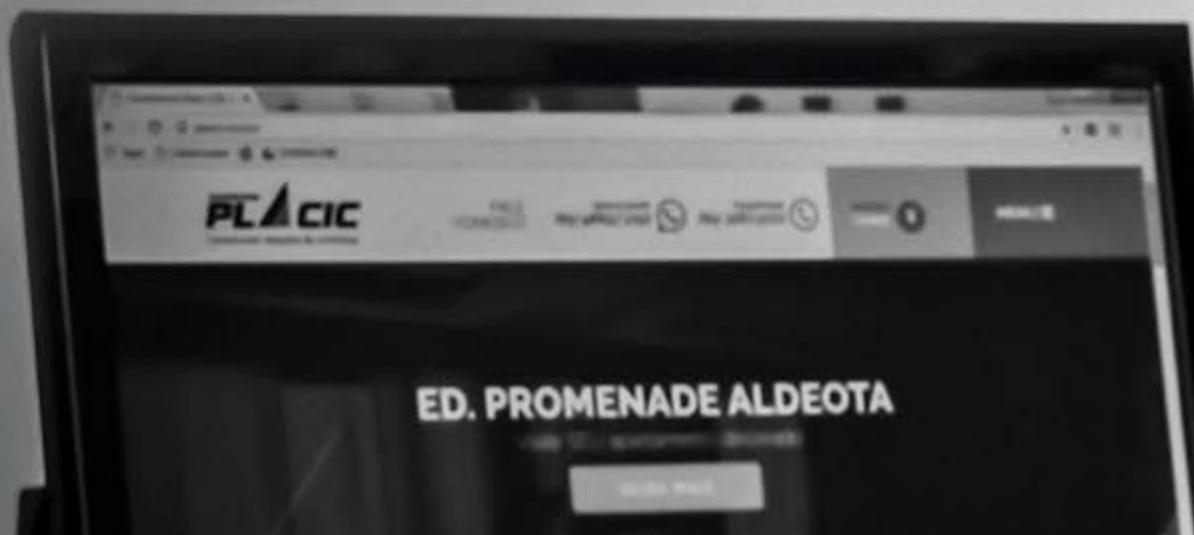


Carlos Gama:

"águas mansas não fazem bom marinheiro"

UMA PEQUENA TRAVESSA NO BAIRRO ALDEOTA ABRIGA A CONSTRUTORA PLACIC, QUE, EM 2017, COMPLETA 40 ANOS DE ATUAÇÃO. NA CASA, AS PAREDES DA SALA DE ESPERA EXIBEM IMAGENS DE GRANDES EDIFÍCIOS, COM NOME E DATA DE INAUGURAÇÃO, CONSTRUÍDOS PELOS TRÊS SÓCIOS DA EMPRESA AO LONGO DESSAS QUATRO DÉCADAS, NO CEARÁ E EM ALAGOAS. ENTRE ELES, ESTÁ JOSÉ CARLOS BRAIDE NOGUEIRA DA GAMA, ENGENHEIRO CIVIL E DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CONSTRUTORA, QUE TEM NA DEDICAÇÃO AO TRABALHO E NA CORDIALIDADE COM QUEM O CERCA DUAS MARCAS FIRMES DE SUA PERSONALIDADE.

*POR SARAH COELHO
FOTOS GIOVANNI SANTOS*





"Eu acho que a gente precisa estar sempre aberto a novos negócios, observando as oportunidades para não deixar que elas passem sem aproveitá-las. Mas as pessoas precisam entender que para você acertar, às vezes você erra."

Durante os oito anos em que compôs a diretoria da FIEC, na gestão do ex-presidente Roberto Macêdo, Carlos Gama era conhecido pelo afinco com que se dedicava às discussões, fazendo contribuições precisas e sempre portando papéis com anotações detalhadas nas reuniões. Era um assíduo participante, na verdadeira acepção da palavra.

Dedicado ao ofício de erguer sonhos por meio de suas construções, Gama diz sentir-se realizado ao testemunhar a felicidade de seus clientes com a aquisição da casa própria. "É incrível a grande esperança que as pessoas sentem ao fechar um contrato de compra e venda de um imóvel. Quando fazemos um apartamento decorado, pegamos o quarto menor e montamos ali o quarto do bebê. As pessoas querem tirar foto! Infelizmente, ter uma casa própria no Brasil ainda é uma dificuldade para muita gente. O mais importante no meu trabalho é sentir a satisfação do cliente em receber as chaves da sua casa, em ter um endereço, um cantinho seu", afirma.

O engenheiro descreve a emoção com conhecimento de causa, lembrando a preocupação que sentiu antes de conseguir quitar o seu primeiro móvel, há mais de 30 anos. "Quando eu fui comprar o meu primeiro imóvel, entrei em um financiamento bancário que comprometia 40% da minha renda. Fiquei muito preocupado em como ia sustentar isso. Mas em menos de cinco anos, já tinha quitado o imóvel, tanto por conta da minha ascensão

profissional, mas também em vista daquele problema de inflação galopante que tínhamos na época, quando o governo veio a dar um benefício para quem antecipasse o pagamento do seu imóvel. Na vida, nós também precisamos contar com um pouco de sorte", relembra.

Em sua sala de trabalho, ao invés dos quadros com edifícios e pontes, uma sequência de retratos com a frase "minhas melhores obras" enfeita a parede. São fotografias de seus três filhos, Gama Filho, Taís e Beatriz, de suas duas netas, Malu e Mila, e da esposa Valéria, com quem já divide 33 anos de sua vida. "Levo muito a sério isso de até que a morte nos separe. Tento mostrar para os meus filhos exatamente isso, que o amor do marido e da mulher é igual a uma rosa. Para você ver a beleza e o aroma da rosa, de vez em quando você aperta o dedo em um espinho. Isso é natural. Sou fã do Roberto Carlos, acredito em côncavo e convexo, em metade da laranja. Família é a coisa mais importante da vida!".



A EXPERIÊNCIA COMO COMPANHEIRA

Conversar com Carlos Gama é ver-se, espontaneamente, numa escuta afiada de conselhos sobre carreira e família. A experiência, diz ele, é uma grande companheira. “O que os cabelos brancos ensinam não se aprende em faculdade nenhuma”, alerta. Em sua trajetória profissional, desenvolveu ampla capacidade de adaptação, um traço de sabedoria e visão.

Os altos e baixos do setor ao qual se dedica há tanto tempo fez Gama constatar na prática o que anuncia o provérbio: águas mansas não fazem bom marinheiro. “Eu acho que a gente precisa estar sempre aberto a novos negócios, observando as oportunidades para não deixar que elas passem sem aproveitá-las. Mas as pessoas precisam entender que para você acertar, às vezes você erra. Para você ter sucesso na vida, muitas vezes você precisa dar dois passos para trás, e isso não pode desmotivar”, aconselha, numa tentativa solidária de estimular os iniciantes na arte de empreender.

Logo após os primeiros anos de formado, o sonho de ser calculista e trabalhar com projetos estruturais, cultivado durante toda a graduação, precisou ser reconsiderado. Há pouco, Gama havia declinado de uma oferta de trabalho, feita pela empresa onde estagiava, justamente pelo fato de o cargo, que seria ocupado no interior do estado, comprometer sua dedicação aos cálculos.

Mas não demorou muito para o engenheiro perceber que era hora de deixar este antigo desejo para trás. Mares desconhecidos guardavam a promessa de melhores paragens, e o marinheiro soube reconhecer a hora de redirecionar o leme. “Eu tinha três expedientes: de manhã e de tarde eu trabalhava na Construtora e Imobiliária Melo, meu primeiro emprego depois de formado, e à noite eu desenvolvia projetos estruturais. Só que observei que com o desenvolvimento de projetos estruturais, a qualidade de vida que eu ia dar para a minha família seria muito limitada. Era muito mal remunerado. Então, eu desisti dessa função e montei a minha própria empresa, a Construtora Placic”, relembra sem lamentações.

Não demorou muito para a Construtora Placic se consolidar como uma empresa respeitada, capaz de ultrapassar as guinadas e declives dos mais divergentes períodos do setor de construção civil. Gama relembra a fatura dos financiamentos habitacionais à época do início das atividades, especialmente os da Caixa Econômica. “O nosso primeiro empreendimento se chamava Edifício Lilian, aqui em Fortaleza, na Praia de Iracema. Eram 13 apartamentos, uma obra pequena ainda, mas, para nós, foi uma grande obra”, conta.

Logo em seguida, o sistema financeiro de habitação iniciou um período de dificuldades, com a limitação de acesso ao crédito. Mais um tempo de mudanças iniciava-se. A situação levou os três sócios a enveredarem para outro ramo, o de obras públicas. “Fizemos várias obras, mas ao término delas constatamos que a rentabilidade era muito pequena e o risco muito grande”.

Gama revela que a conclusão das obras veio acompanhada de outra decisão estratégica, desta vez definitiva. “Resolvemos suspender, eliminar as obras públicas, e voltamos a trabalhar com obras de incorporação. Naquela época, já não existia o financiamento bancário, e começamos a trabalhar o sistema de autofinanciamento”.

O que muitos poderiam enxergar como uma visão estreita para o futuro do seu negócio, Gama avalia como um diferencial competitivo. “A Placic nunca será uma grande empresa. Ela trabalha com, no máximo, duas obras em Fortaleza e duas obras em Maceió. Esse é o volume que conseguimos fazer com os recursos que já estão dentro de casa. Nós pensamos assim, que na pior das hipóteses, se não conseguirmos vender nenhuma unidade daquele empreendimento, vamos concluí-lo e poderemos tomar a decisão do que fazer com ele”, esclarece.

UM HOMEM VISIONÁRIO

Ao relembrar momentos marcantes de sua trajetória, Gama destaca alguns fatos de sua vida que classifica como “pitorescos”. Um deles ocorreu no ano de 1984, quando a Construtora Melo, onde ainda trabalhava, foi convidada para realizar uma construção em Maceió/AL. Gama foi encarregado de levar o engenheiro residente da obra até a cidade. Lá chegando, os dois procuraram vaga em todos os hotéis da cidade, sem sucesso. “Acabamos precisando dormir em um motel”, conta, ainda achando graça da situação.

Ao retornar a Fortaleza, reuniu-se com seu sócio e deu a ideia de abrirem uma nova frente de serviços, no ramo hoteleiro. “Como esse sócio, Luis Henrique, havia acabado de casar, nós o convidamos para essa empreitada. Ele aceitou, foi para Maceió abrir a filial da Construtora Melo e da Construtora Placic, obtivemos recurso e construímos um hotel, chamado Tambaqui Praia Hotel. A partir daí, eu passei a ser hoteleiro também”, orgulha-se.

O hotel três estrelas, localizado na Praia da Ponta Verde, iniciou sua operação com 76 apartamentos. Hoje, esse número cresceu para 104. Na Placic, coube a Gama a gestão da parte administrativa da empresa, e com ela a exigência de lidar diariamente com contratos e documentações. “Com o tempo, senti falta de ter um complemento na minha formação”, explica.

Em 2002, depois de décadas formado, o engenheiro decidiu retornar aos bancos da Universidade, contando com o incentivo de uma colega de classe especial: a própria esposa. “Fizemos um novo vestibular e fomos cursar Direito na Unifor. Como não tínhamos tempo para estudar em casa, nosso aprendizado era em sala de aula. Nunca faltávamos as aulas e sentávamos sempre nas primeiras cadeiras”, relembra.

A carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi tirada imediatamente após a conclusão do curso, e hoje Gama preside o Conselho Jurídico da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC). “Eu não uso o direito como fonte de recurso, mas foi um aprendizado muito grande para o meu dia a dia na minha empresa”.



"Placic nunca será uma grande empresa. Ela trabalha com, no máximo, duas obras em Fortaleza e duas obras em Maceió. Esse é o volume que conseguimos fazer com os recursos que já estão dentro de casa."

■ "O QUE OS CABELOS BRANCOS ENsinAM NÃO SE APRENDE EM FACULDADE NENHUMA", ALERTA O EMPRESÁRIO

GIOVANNI SANTOS / SISTEMA FIEC



"Todas as entidades que congregam muitas pessoas têm um papel fundamental. Eu sou você amanhã. Aquele problema não está sendo resolvido para o meu caso específico, mas para várias pessoas que dependem daquela solução."

INFLUÊNCIAS FAMILIARES

Filho de um militar carioca e uma professora cearense, Carlos Gama é o quarto filho de seis irmãos. "Coincidentemente, três filhos nasceram no Rio e três nasceram no Ceará. Eu nasci no Rio, no dia 20 de agosto de 1958, em Jacarepaguá", conta. Como toda família de militar, a rotina de mudanças constantes fez parte da infância de Gama, com a sorte de sempre alternar entre Rio de Janeiro e Fortaleza, cidades em que os familiares paternos e maternos supriam a falta de amigos e colegas de escola. As idas e vindas cessaram em 1969, com a decisão da mãe, Berenice, de não levar os filhos para Corumbá, onde o marido prestaria tempo de serviço, devido à falta de estrutura escolar da cidade. Ficaram em Fortaleza.

No ano seguinte, Gama iniciou sua passagem de seis anos pelo Colégio Militar de Fortaleza, onde, finalmente, conseguiu consolidar um ciclo de amizades e conheceu sua esposa, Valéria Borges da Gama. "Um grande ensinamento que o Colégio Militar me deu, diferente de outros colégios, é o sentido de união. Lá você começa com uma turma e fica com ela até o final. Lá tínhamos esse sentido de fraternidade. Os professores incentivavam os alunos que estavam com boas notas a irem para o colégio no final de semana para ensinar os colegas que estavam com dificuldades. Nós fazíamos isso com o maior prazer".

UNIÃO PARA IR ALÉM

A força da união ficou cravada na personalidade agregadora de Carlos Gama. O espírito aprendido na escola transpôs-se para a vida profissional, encontrando no sindicalismo sua manifestação mais latente. Por oito anos, o empresário fez parte da diretoria financeira da FIEC, inicialmente como diretor adjunto e depois assumindo a titularidade do cargo. Hoje, é vice-presidente da Comissão da Indústria Imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE), entidade que compõe desde que esta passou a contemplar atividades de incorporação. "Todas as entidades que congregam muitas pessoas têm um papel fundamental. Eu sou você amanhã. Aquele problema não está sendo resolvido para o meu caso específico, mas para várias pessoas que dependem daquela solução", opina.

Para ele, a vida sindical pode ser sacrificante em certos momentos, mas é necessária para o bem coletivo do setor. "Isso traz um resultado fantástico para toda a sociedade. Acredito que há espaço para todos no mercado, ninguém precisa derrubar ninguém. Quem fizer o trabalho com competência e seriedade prosperará".

UM LEGADO IMENSURÁVEL

Depois de anos dedicando-se à empresa, a ideia dos três sócios era fechar as portas quando chegassem aos 65 anos. A proximidade do acontecimento, entretanto, provocou grande reflexão em Carlos Gama, especialmente pelo fato de todos eles terem filhos que também seguiram carreira na engenharia civil. “Com a nossa aposentadoria, a empresa deixaria de existir. Mas eu comecei a achar isso um pouco egoísta, já que nossos filhos seguiram por vontade própria para a área de engenharia. Como é que a gente, sem consultá-los, vai fechar a empresa? Afinal, a Placic pode não ser a maior construtora, mas tem reconhecimento no mercado imobiliário”, explica, fazendo questão de deixar claro que sempre aconselhou os filhos a escolherem a profissão que lhes fizesse felizes.

Carlos Gama relembra os tempos em que trabalhou nas obras do Canal do Trabalhador, durante a gestão do ex governador Ciro Gomes. “O Gama Filho ia comigo para as obras, é evidente que isso deve ter impactado as referências profissionais dele, o que é natural”. Os sócios decidiram, então, convocar uma reunião e checar com os filhos se havia ou não interesse na sucessão. Carlos Gama relembra uma importante colocação feita naquele momento: “Não significa que porque a relação de sociedade dos três pais deu certo, que a de vocês dará. Vocês não precisam continuar se acharem que não está funcionando, mas querem tentar?”, questionou.

Eles aceitaram o desafio e estão há três anos envolvidos nas atividades da construtora, contando com a sorte de receber as orientações de experientes conselheiros: os próprios pais. “Eles estão na fase de conhecimento. Eu brinco que essa sucessão não aconteceu definitivamente porque eu ainda estou aqui”, brinca.

Ao pensar no futuro, e deparar-se com o que parece ser a anúncio de um final feliz para sua trajetória profissional, Gama diz sentir-se realizado. O legado que deixa não pode ser mensurado em heranças materiais. Os que ficam terão para sempre a inspiração para o trabalho firme e ético e a lembrança de que não vamos longe sem respeito ao próximo e amor no coração. “Não existe bem maior a ser deixado à hereditariedade do que uma boa educação. Esse é o ponto fundamental. Nunca vi ninguém levar um tostão para debaixo de sete palmas”. ■



Everardo Telles:

Muitas ideias na cabeça e um conglomerado de empresas nas mãos

O PRÉDIO EM FORMATO DE TONEL DE CACHAÇA, CERCADO DE VERDE, LOCALIZADO NA AVENIDA WASHINGTON SOARES, EM FORTALEZA, REMETE IMEDIATAMENTE AO PRINCIPAL NEGÓCIO DO GRUPO TELLES POR MUITOS ANOS. É DE LÁ QUE O LÍDER DO GRUPO, QUARTA GERAÇÃO DA FAMÍLIA TELLES, EVERARDO FERREIRA TELLES, COMANDA SETE EMPRESAS: AGROPAULO, SANTELISA EMBALAGENS, NATURÁGUA, IPARK COMPLEXO TURÍSTICO, YPETRO E AMAZÔNIA FITOMEDICAMENTOS.

*POR CAMILA GADELHA
FOTOS LUCAS MOURA*



Empresas diferentes, setores diferentes, de etanol a embalagens pet, de água mineral a pesquisas sobre cura do câncer e HIV. Uma produz e fornece para outra, demonstrando a inquietude e vivacidade de Everardo Telles. “Uma coisa puxa a outra. As empresas são complementares. E tem o excedente de produção. Se uma está com margem negativa, outras estão com margem positiva para garantir a sustentabilidade e estabilidade financeira do grupo”, conta Telles, entregando a estratégia com muito orgulho.

Everardo Telles é um homem do campo, mas com o olhar sempre atento ao que existe de mais moderno em termos de tecnologia. É inovador em tudo que faz. “A família tem uma veia de aventura, empreendedorismo. Está no DNA. A gente está sempre pensando em coisas novas, não mesmice, mas coisas novas, e temos criado essas coisas novas e tendo sucesso”.

O sucesso veio com trabalho. A palavra esteve presente na vida de Everardo desde sempre, no seio familiar, mas a atividade teve início no segundo ano da faculdade de agronomia. A escolha do curso se deu por influência dos negócios, mas também por achar que é o curso que mais oferece conhecimentos gerais. “São 30 e tantas disciplinas diferentes, não é só solo. Aprende medicina pelo trato com animais e plantas; pode construir um prédio de até dois andares; aprende sobre minerais. É a faculdade mais completa. Me realizei fazendo e meu pai também porque era o negócio dele”.

Na fazenda da família, onde hoje fica o iPark Complexo Turístico, ele nasceu e estudou até os sete anos, em uma escola instalada na propriedade. Depois, a família foi morar em Fortaleza para que os filhos, Everardo e uma irmã mais nova, pudessem estudar. No Colégio Cearense, estudou até o início do ensino médio, quando foi para Minas Gérias fazer o primeiro e segundo anos do ensino médio. O terceiro ele fez no Rio de Janeiro. Nessa época, ganhou bolsa para os Estados Unidos, onde repetiu o terceiro ano.

No segundo ano de faculdade, já começou a trabalhar na área agrícola do Grupo Telles. A faculdade era só meio expediente e ele dividia o resto do dia entre o escritório e as fazendas. “Passei um ano assim. Depois, meu pai me colocou também para administrar a agroindústria, em Maranguape. Já formado, assumi também a área comercial e passei a administrar a empresa como um todo, já ficando mais em Fortaleza, com a equipe mais bem estruturada”, relembra.

A ida às fazendas era frequente, mesmo trabalhando em Fortaleza. “Administrar em escritório não funciona. Administrador tem que estar no início, na base, no funcionário. Tem que estar no plantio de cana, o processo agrícola, processo industrial e área comercial também. Comecei a departamentalizar. Assim, a empresa foi crescendo”, ensina Everardo, com expressão de quem sabe exatamente o que fazer de certo para tornar os negócios grandes.

Ainda na faculdade, buscou testar a própria capacidade em atividades fora dos negócios da família. Começou uma criação de frango de corte, depois, outra atividade que julgou mais lucrativa, a engorda de gado. Comprava no interior, nos fins de semana e trazia para engorda, na fazenda, em Maranguape. “Eu fazia a ração porque estudava isso. Aplicava meu conhecimento, engordava o gado e vendia a produção para o grande empresário Célio Gurgel”, conta.



"Administrar em escritório não funciona. Administrador tem que estar no início, na base, no funcionário. Tem que estar no plantio de cana, o processo agrícola, processo industrial e área comercial também. Comecei a departamentalizar. Assim, a empresa foi crescendo."

■ NO SEGUNDO ANO DE FACULDADE, EVERARDO TELLES JÁ COMEÇOU A TRABALHAR NA ÁREA AGRÍCOLA DO GRUPO TELLES. A FACULDADE ERA SÓ MEIO EXPEDIENTE E ELE DIVIDIA O RESTO DO DIA ENTRE O ESCRITÓRIO E AS FAZENDAS

LUCAS MOURA / ESPECIAL PARA SISTEMA FIEC



Foi na fazenda em Maranguape que teve início o negócio da família, em 1846, quando o português Dario Telles de Menezes, bisavô de Everardo, trouxe um alambique de cerâmica para o Brasil, com o qual iniciou a produção de aguardente de cana de açúcar. A partir de 1895, a segunda geração da família assume o negócio e moderniza o processo de produção. O avô Dario Borges Telles assume o controle a partir de 1895 e moderniza o processo de produção e nomeia o filho mais velho, Paulo Campos Telles, pai de Everardo, como sucessor. Foi Paulo Telles, a partir de 1924, o responsável por muitas inovações no processo produtivo da aguardente. Em 1968, sob seu comando, a empresa exportou pela primeira vez, para a Alemanha.

A inovação está mesmo no DNA, como diz Everardo Telles. Paulo Telles teve a ideia de engarrafar a bebida em litros, usar dosador conta-gotas e tonéis de bálsamo para envelhecimento. Na área de vendas, passou a usar mecanismos de *marketing* para divulgar a bebida genuinamente nacional no exterior.

Everardo diz não gostar de mesmice. Definitivamente à frente da empresa, consolidou o legado do pai e a partir da década de 1970, iniciou o maior período de expansão e diversificação dos negócios. Ao longo do tempo, montou mais três locais para produção de aguardente. Uma em São Gonçalo do Amarante, que depois foi substituída por outra em Paraipaba, maior, na margem do Rio Curu, que foi vendida em 2012; a segunda em Pindoretama, desativada há dois anos porque o volume de produção não acompanhava a evolução dos custos; e mais duas de médio porte, em Cearamirim (RN), há 20 anos, e outra às margens do rio Jaguaribe, em Jaguaruana, criada há nove anos.

Sob seu comando, o Grupo Telles aumentou a produção e ampliou o raio de atuação para sete diferentes áreas: água mineral, etanol, pecuária, agricultura, medicamentos, embalagens de papelão e entretenimento. No ramo de água mineral, a Naturágua reflete muito a característica inovadora do Grupo. Equipada com maquinário de última geração, é uma das marcas líderes em vendas.

A empresa possui fontes de captação de água mineral localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Os padrões de excelência da Naturágua foram consolidados com a obtenção da certificação ISO 22000, concedida pelo Bureau Veritas Certification (BVC), maior órgão de certificação do mundo, com acreditação do Inmetro.

A fala de Everardo Telles vibra ao falar do negócio de etanol e dos outros ligados ao campo. No agronegócio, a Agropaulo Agroindustrial investe em inovação para agregar valor a produtos agropecuários. Em sintonia com o que existe de mais moderno no setor, utiliza tecnologia agrícola de ponta na produção de *commodities*, em especial, na produção de biocombustíveis como o etanol, feito à base de cana-de-açúcar.

A lida no campo fez com que o grupo, especialmente a Agropaulo, empresa de agronegócio, despertasse desde cedo para uma consciência ambiental. Os defensivos agrícolas utilizados são produzidos pelo Grupo. Em diversas etapas da produção, são realizados controles para evitar o desperdício e promover um processo cada vez mais autossustentável, inclusive, com o reaproveitamento dos subprodutos da cana e a produção de adubo orgânico.

A empresa desenvolveu também um probiótico com características funcionais que atua na melhora do crescimento animal, aumenta a produtividade do leite e a precocidade do gado de corte. Hoje, a Agropaulo possui duas unidades de produção de etanol: em Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte, e Jaguaruana no Ceará. A Agropaulo também investe na integração lavoura/pecuária no estado de Tocantins.



Foi na fazenda em Maranguape que teve início o negócio da família, em 1846, quando o português Dario Telles de Menezes, bisavô de Everardo, trouxe um alambique de cerâmica para o Brasil, com o qual iniciou a produção de aguardente de cana de açúcar

Everardo acredita na verticalização dos negócios e trabalha para tornar isso cada vez mais real no Grupo Telles. “É uma das nossas características. Achamos que as empresas devem, na medida do possível, fazer isso, partindo desde o início, da matéria-prima até a entrega ao consumidor”, avalia.

A verticalização baseia-se na ampliação das atividades produtivas de forma a produzir os insumos necessários para a confecção do produto final. Ao ser perguntado sobre como é estar à frente do Grupo, Everardo vai além, explicando com orgulho o que cada uma produz e a forma como relacionam-se entre si. É impossível não pensar que essa é a receita do sucesso do Grupo, aliada à expertise e a mente sempre inquieta dos líderes.

A Santelisa Embalagens utiliza aparas (papel reciclado) como parte dos componentes para a fabricação de papel e papelão. Localizada no município de Aquiraz (CE), com entrada em Pindoretama, a unidade fabril tem capacidade instalada para a produção de 70 toneladas/dia de bobinas de papel 100% reciclado, contribuindo para a preservação do nosso planeta.

Desenvolvendo novos e importantes investimentos em tecnologia, tendo como objetivo final atender a seus mais de cinco mil clientes das regiões Norte e Nordeste, os produtos da Santelisa atendem às empresas do Grupo, com excedente de produção para o mercado, assim como todas as outras empresas, com produtos ecologicamente sustentáveis.

Também no segmento de embalagens, a Yplastic trabalha com tecnologia de ponta, alta qualidade e design sofisticado como diferenciais das garrafas PET e PE produzidas desde 1996. A empresa possui capacidade instalada apta a ampliar sua área de atuação e atender a todos os segmentos que utilizam embalagens PET, a exemplo de medicamentos, cosméticos, alimentos, entre outros. Atualmente produz garrafas em PET 5 litros, 1,5 litros, 500 ml e 315 ml, além de garrafões de 20 litros, atendendo à demanda da Naturágua e outras clientes do segmento.

Na lógica da verticalização, a distribuidora Ypetro, implantada em Maracanaú, recebe o etanol produzido nas usinas do Grupo Telles por meio de sistema próprio de descarga de caminhões tanques, além do armazenamento em tanque vertical com capacidade para um milhão de litros.

Na área da fazenda da família, onde tudo começou, em Maranguape, o iPark Complexo Turístico, oferece contato com a natureza, com atividades de lazer, diversão e aventura. São mais de 30 atividades de lazer ao ar livre. Uma das

"Eu não paro para pensar tão longe. Eu planejo cinco, oito, dez anos. Vejo que são empresas com muito campo para crescer, com boa governança corporativa, tudo definido. Se eu morrer amanhã, não tem problema em como vão ficar as coisas."

principais atrações é o Museu da Cachaça, instalado em um casarão original de 1846, que conta a história de uma das maiores e mais apreciadas cachaças do mundo. Outro destaque é o Big Tonel, maior tonel de madeira do mundo em 2003, registrado no Guinness Book, com capacidade para armazenar 374 mil litros de cachaça. O complexo conta ainda com restaurante regional e tapiocaria.

Demonstrando a diversidade do Grupo Telles, foi criada em 2002 a Amazônia Fitomedicamentos, uma empresa de pesquisa, desenvolvimento e inovação de medicamentos. Resultado da parceria entre o Grupo Telles e o Laboratório Kyolab, a empresa investe atualmente em três linhas de pesquisa, tendo como base os compostos bioativos existentes no látex da planta Avelóz (*Euphorbia tirucalli*), visando o tratamento de câncer, dor crônica e HIV/AIDS.

Os estudos e testes pré-clínicos se encontram em fase avançada, sendo realizados em conformidade com os critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use (ICH).

Em 2012, após um ano e meio de negociação, passou o comando da Ypioca para uma multinacional líder mundial na produção de bebidas alcoólicas premium, a Diageo. Everardo conta que a Diageo se interessou pela Ypioca por ser um produto diferenciado em vários aspectos. Na época de seu pai, teve início o envelhecimento em tonéis de bálsamo, algo pioneiro no Brasil.

Além disso, a embalagem de artesanal de palha e o conta-gotas chamavam atenção nas prateleiras. Em virtude disso, conta Everardo, a Diageo procurou a Ypioca interessada em entrar no ramo de cachaça. Estiveram no Brasil comparando várias indústrias e decidiram pela Ypioca. Foram vendidas a unidade de produção, a marca e uma distribuidora, em Guarulhos. Hoje, as indústrias funcionam produzindo etanol.

Questionado se voltaria ao setor de cachaça, Everardo diz que o Grupo está liberado, por contrato, a partir de agosto deste ano. "A grande probabilidade é que não retornemos. Mas não estou garantindo nada. Nunca devemos dizer não", diz, sorrindo marotamente. Atualmente, as usinas produtoras de aguardente produzem etanol.

Quando vendida por 900 milhões de reais, com capacidade de produção de 130 milhões de litros de cachaça e faturamento de 300 milhões de reais, a Ypioca exportava para mais de 40 países. "Sou esportista. Já fui piloto de motonáutica, gosto de aventura. Fui piloto de stock car, sou piloto de moto e sou piloto de avião. Esse é meu lazer, gosto muito de esporte aéreo, tudo no ar é muito gostoso. Quem começa a voar, não para mais. Vicia mesmo", conta Everardo. Seu tipo físico esbelto e alto demonstra vivacidade e agilidade mesmo no alto dos 75 anos. "Depois dessas várias empresas, de diferentes áreas, o que o senhor ainda quer fazer, quais os planos?", pergunta a repórter. Ele responde que está se segurando para ficar apenas com as sete empresas, já que tem "uns dois ou três negócios aí" que poderia criar.

Os negócios já consolidados estão sendo ampliados. A fábrica de embalagens de papel está recebendo investimento de 12 milhões. Outro valor expressivo está sendo injetado na indústria de água mineral e pecuária de corte. Com pesar nas palavras, ele anuncia que está parando duas fábricas por conta da seca. “Grande parte da cana morreu por falta de irrigação e a indústria, pela primeira vez em 160 anos, nessa unidade, vai parar porque não tem matéria-prima. É lamentável porque sustentava 400 famílias. Na região, isso é muita coisa. Fora os empregos indiretos”, lamenta. Ele se refere à unidade de Jaguaruana, onde o rio que irrigava a plantação secou e o Castanhão está quase na mesma situação.

Apesar da seca, não tem tempo ruim para o empreendedor Everardo Telles. Com a indústria do etanol parada nessa unidade, o Grupo tem investido em biodiesel e em defensivo agrícola orgânico. Everardo sabe de cor todas as funções do novo produto: inseticida, fungicida e acaricida, as quais explica detalhadamente.

O produto já está sendo utilizado em plantações de milho, soja e cana do Grupo, com sucesso, e aguarda liberação do Ministério da agricultura para começar a ser comercializado. “Estamos fazendo pesquisas há cinco anos para inovar no sentido de criar produtos que substituam os agrotóxicos. Já estamos usando com sucesso nas nossas culturas os defensivos agrícolas orgânicos, advindos de óleos originais de plantas.

A primeira indústria de biodiesel privada no Ceará é do Grupo Telles, e deverá ser inaugurada ainda este semestre, anuncia o empresário. O biodiesel utiliza o óleo da soja produzido numa fazenda de criação de gado em Tocantins, o álcool também produzido pelo Grupo e o sebo do boi, adquirido de frigoríficos.

Outra iniciativa recente foi a inauguração de uma usina solar em Pindoretama, a 53 km de Fortaleza. O equipamento, o maior privado do Brasil, é responsável pelo abastecimento elétrico da empresa Santelisa Embalagens. O investimento foi de R\$20 milhões. A usina tem capacidade para gerar 3 megawatts.

Ele diz que o tempo deve ser dividido entre trabalho, família e lazer. Pai de cinco filhos, ele já iniciou quatro desses nos negócios. “Tudo isso tem, hoje, o auxílio dos filhos. Uma filha na água mineral e papel e papelão. Um filho que administra todo o agronegócio. Uma filha controla a área financeira. Outra é minha assessora, auxilia nas decisões, sugestões e controle dos negócios. Outra administra o iPark. O mais novo ainda não está porque tem nove anos, mas daqui uns 6, ele vai estar no batente também. Tem que começar a dar duro”, desconfia Everardo, muito provavelmente falando sério quanto aos anos que faltam para o caçula também começar a dar continuidade ao legado da família Telles.

O trabalho mistura-se com lazer na vida desse homem de negócios bem-sucedido. “Gosto muito de passar o fim de semana nas fazendas”. Ele gosta de voar, mas também de manter os pés no chão. Não pensa em como estará o Grupo que consolidou, ampliou e modificou daqui a 40, 50 anos, quando não estará mais aqui. “Eu não paro para pensar tão longe. Eu planejo cinco, oito, dez anos. Vejo que são empresas com muito campo para crescer, com boa governança corporativa, tudo definido. Se eu morrer amanhã, não tem problema em como vão ficar as coisas”, diz, com modéstia, mas consciente da importância que teve nas últimas décadas como líder de um dos maiores grupos empresariais do Ceará. ■

As reformas para o Brasil avançar

*POR BÁRBARA HOLANDA
FOTOS GIOVANNI SANTOS*





O Brasil dá sinais promissores de que deixa para trás a maior recessão já vivida no país. Porém, os reflexos da crise – que fez a economia recuar 7,2% em dois anos – ainda são profundos e afetam especialmente mais de 14 milhões de brasileiros que se encontram desempregados, um recorde histórico. O cenário econômico é complexo, mas precisa ser enfrentado com urgência. Uma retomada sólida demanda mudanças assertivas e, para isso, a realização de reformas estruturais que destravem o caminho do crescimento e preparem o país para um novo ciclo de desenvolvimento é imprescindível.

A Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), em consonância com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entende que o retorno dos investimentos e a reconstrução de um ambiente favorável aos negócios no Brasil dependem do controle dos gastos públicos, do aperfeiçoamento das regras, de ações incisivas para a redução da burocracia e a restauração de um ambiente político com mais estabilidade. As reformas previdenciária, trabalhista, tributária e política são essenciais nesse contexto.

A recuperação plena da economia e sua manutenção no longo prazo estão diretamente ligadas à realização dessas reformas. Elas comportam em si um grande potencial para modernizar o país e corrigir problemas crônicos. Quanto mais rápido o Congresso Nacional deliberar sobre essa agenda, maior será a capacidade de criar empregos e maior será o combustível para a máquina econômica brasileira. Sem elas, é certo que a crise voltará a se aprofundar.

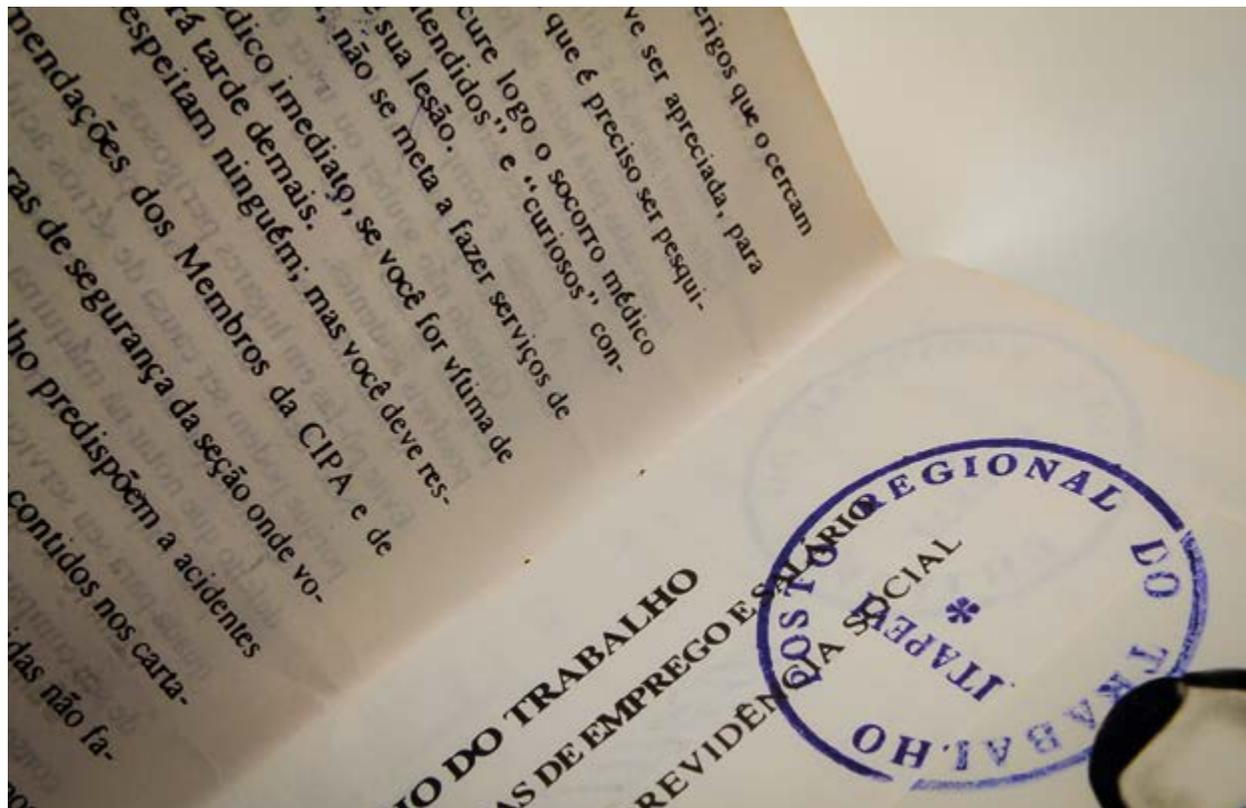
"Mudar a Previdência é, portanto, uma tarefa inadiável, sob pena de colapso no sistema."

Mansueto Almeida

A reforma da Previdência, que tem como objetivo assegurar a sustentabilidade do sistema público de aposentadorias no longo prazo, é prioritária. O pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários são a fonte mais importante das despesas públicas e, infelizmente, vem apresentando desempenho preocupante: seus gastos passaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017. Em 2016, o déficit do INSS chegou aos R\$ 149,2 bilhões (2,3% do PIB) e em 2017, está estimado em R\$ 181,2 bilhões, segundo o Ministério da Fazenda.

A nossa transição demográfica agrava essa situação, uma vez que, como os brasileiros estão vivendo mais, a população tende a ter mais idosos, e os jovens, que sustentam o regime, terão participação menor na sociedade. "Mudar a Previdência é, portanto, uma tarefa inadiável, sob pena de colapso no sistema", afirma o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida.

■ A REFORMA TRABALHISTA É UM AVANÇO IMPORTANTE NO CAMINHO DA MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL. A MEDIDA VALORIZA A NEGOCIAÇÃO COLETIVA E PRESTIGIA EMPRESAS E TRABALHADORES QUE PODEM DIALOGAR E ENCONTRAR SOLUÇÕES PACTUADAS PARA SEU DIA A DIA, COMO PREVÊ A CONSTITUIÇÃO



MARCOS SANTOS / USP IMAGENS

CONTROLE DO DÉFICIT

Segundo ele, a reforma da Previdência é fundamental para garantir o sucesso da emenda à Constituição que definiu teto para expansão das despesas federais para os próximos 20 anos, aprovada no fim de 2016. A lógica é que, sem a reforma, o governo teria dificuldade em controlar as contas e a dívida pública continuaria a crescer aceleradamente, aumentando o risco de calote. O efeito no curto prazo seria a interrupção da volta do otimismo e da confiança dos investidores e das empresas. Investimentos ficariam congelados, levando a uma nova espiral de incerteza quanto ao futuro – desarranjo que o Brasil conheceu bem nos últimos dois anos.

“Sem a aprovação da reforma da Previdência, ficará extremamente difícil cumprir a regra de controle do gasto público. Por exemplo, até 2027, sem reforma, a despesa com Previdência crescerá perto de 2 pontos percentuais

do PIB, chegando a 15% para municípios, estados e governo federal. Para cumprir a regra do teto do gasto público, o governo teria de cortar despesas de saúde, educação, segurança, assistência social e investimentos”, alerta.

Consultorias especializadas estimam que, com a reforma da Previdência, o Brasil poderia crescer 1% em 2017 e 2,6% em 2018. Sem ela, a economia recairia no negativo. Em março, a agência de risco Moody’s mudou a perspectiva da nota brasileira de negativa para estável. Foi uma promoção, mas segundo a agência, a nota pode piorar se as autoridades não reverterem as condições que levaram ao crescimento da dívida pública.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia que o teto dos gastos e outras reformas irão ajudar a reduzir o desequilíbrio fiscal rapidamente. Além disso, a entidade

"Eu acho que a reforma vem para poder facilitar a coragem do empreendedor, do industrial, do empresário de recontratar, porque não há ônus absurdos."

Beto Studart

considera que com a reforma da Previdência e as demais mudanças estruturais, o Brasil não só sairá da recessão como reconstruirá sua credibilidade e sustentabilidade fiscal. A previsão da entidade é de que, a partir de 2020, o país volte a gerar superávits primários.

Dessa maneira, a indústria entende que uma reforma para corrigir esse problema é extremamente necessária, e disso depende o sucesso do controle das contas públicas, vital, por sua vez, para o crescimento econômico nacional. Nessa direção, a reforma da Previdência precisa avançar, corrigindo o problema de natureza fiscal e permitindo, assim, a ação concomitante da política monetária para redução dos juros, estimulando a atividade produtiva.

MODERNIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Mais perto de se concretizar, a reforma trabalhista (Projeto de Lei 6.787/2016) foi aprovada em 26 de abril pelo plenário da Câmara dos Deputados. É um avanço importante no caminho da modernização das relações do trabalho no Brasil. A medida valoriza a negociação coletiva e prestigia empresas e trabalhadores que podem dialogar e encontrar soluções pactuadas para seu dia a dia, como prevê a Constituição.

Na visão da indústria, modernizar e desburocratizar as relações do trabalho no Brasil é um caminho que contribuirá para a retomada dos empregos. Apesar dos avanços da tecnologia e da evolução nas formas de se produzir, as leis trabalhistas do Brasil perderam o compasso. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1943, representou importante avanço na proteção do trabalhador, mas se tornou obsoleta em diversos aspectos, sobretudo em relação ao trabalho moderno, realizado à distância e com rotinas flexíveis – incompatível com o ultrapassado e obrigatório cartão de ponto.

O desejo do trabalhador de negociar a divisão das férias em até três vezes ou a flexibilidade para trabalhar mais horas por dia em troca de folgas, por exemplo, tem respaldo na Constituição de 1988, que reconhece a negociação coletiva como um direito do trabalhador (art. 7º, XXVI). No entanto, as empresas que adotam medida nesse sentido estão sob o risco de responderem ações trabalhistas.

A gerente jurídica do Sistema FIEC, Natali Camarão, rebate a crítica de centrais sindicais e entidades como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que argumentam que a proposta representa uma redução de direitos trabalhistas. "O objetivo da reforma é o acordado sobre o legislado. Não vai haver supressão de direitos como o FGTS, 13º salário, salário mínimo", avalia.

Para o presidente da FIEC, Beto Studart, a proposta de reforma trabalhista que tramita no Congresso representa um avanço, mas teria de ser ainda mais profunda. "Não é o que a gente queria. Teria de ser mais radical esse acerto, mas, de qualquer maneira, é um avanço, um início", diz.

Segundo Beto Studart, a reforma trabalhista é considerada fundamental para a retomada do processo de geração de empregos no país. "Eu acho que a reforma vem para poder facilitar a coragem do empreendedor, do industrial, do empresário de recontratar, porque não há ônus absurdos", opina. Dentre os aspectos do texto atual – que está sujeito a mudanças, pois ainda irá tramitar no Senado e, caso aprovado, passará pela sanção presidencial – Beto Studart destaca como mais importantes a prevalência do acordo firmado entre empregados e empregadores sobre o legislado e a extinção do tempo de chegada ao trabalho como parte da jornada.

A aprovação da reforma na Câmara foi um grande passo rumo à modernização das relações de trabalho, de modo a garantir competitividade para as empresas e proteção para os trabalhadores. A expectativa, agora, é de que o Senado Federal dê a mesma prioridade ao tema.

ACELERAÇÃO DA RETOMADA

Outra reforma necessária ao crescimento da economia é a tributária. Os brasileiros convivem com um sistema de arrecadação de impostos complexo, burocrático e ineficiente, que aumenta os custos para as empresas, eleva a carga tributária, gera insegurança e prejudica o crescimento da economia.

Para a CNI, uma reforma tributária é decisiva para o Brasil crescer e enfrentar a concorrência global cada vez mais acirrada. O aperfeiçoamento do sistema deve se pautar não somente pela redução da carga tributária, mas também pela redução da burocracia, a simplificação dos tributos e a desoneração da produção, dos investimentos e das exportações.

De acordo com o consultor jurídico Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, reduzir a carga tributária é uma tarefa, sob o ponto de vista técnico, trivial. Consiste, tão somente, em reduzir alíquotas ou bases de cálculo ou, no limite, eliminar tributos. "A questão é, todavia, outra. É indispensável que haja uma compatibilidade entre o tamanho do gasto público e a carga tributária. Caso contrário, ocorrerão indesejados déficits ou haverá uma elevação perigosa no nível de endividamento público", ressalta.

Um dos maiores benefícios da reforma tributária seria a melhoria da produtividade, reforçando o crescimento. Segundo o Centro de Cidadania Fiscal, o PIB poderia crescer 1 ponto percentual a mais ao ano por uma década com a criação de um imposto sobre o valor agregado que substituisse os tributos atuais. A reforma tributária é a agenda mais poderosa para aumentar a produtividade da economia num horizonte de 10 a 15 anos.

A CNI alerta que o modelo de reforma a ser discutido deve afastar retrocessos para a competitividade da indústria, notadamente na tributação de lucros e dividendos, recriação de tributo sobre movimentações financeiras e incidência cumulativa de tributos por meio de imposto seletivo.

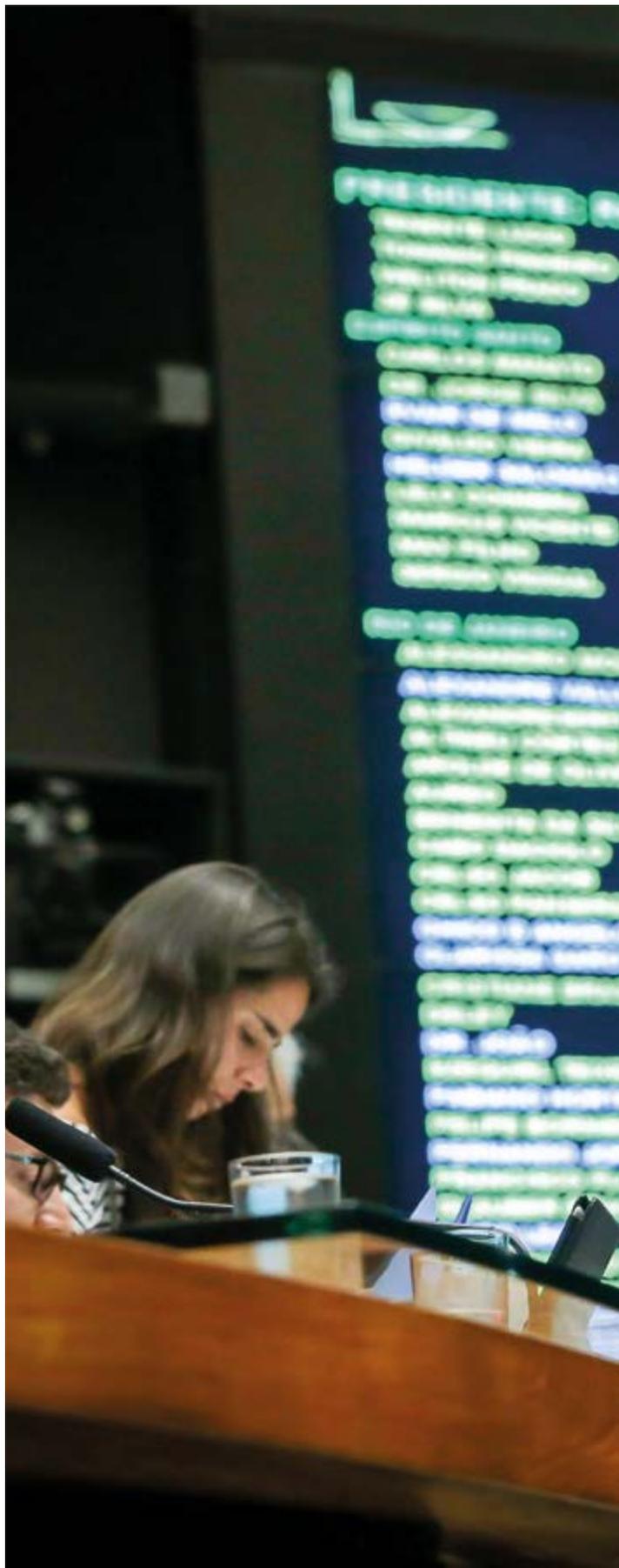
■ A RECUPERAÇÃO
ECONÔMICA PASSA
TAMBÉM POR UMA
REFORMA POLÍTICA
QUE PERMITA O MÍNIMO
DE TRANSPARÊNCIA
ENTRE AS CORRENTES
PARTIDÁRIAS

CORRIGIR DISTORÇÕES

Paralelamente, a recuperação econômica passa também por uma reforma política que permita o mínimo de transparência entre as correntes partidárias que compõem o atual espectro político nacional. É sabido que a pior retração econômica da história do Brasil, vivida nos últimos dois anos, guarda estreita relação com uma profunda instabilidade política gerada a partir dos escândalos de corrupção envolvendo diversos partidos e entes políticos.

A operação Lava Jato representou um extraordinário marco na luta contra a corrupção no país, no entanto a superação da crise está diretamente ligada à realização de uma reforma para combater os vícios e distorções do modelo vigente. O economista Carlos Manso defende a reforma como caminho para corrigir distorções, como enfraquecimento dos partidos e ideologias e vínculo frágil entre as demandas da sociedade e as ações de seus representantes. “O agravante é que isto se determina em um ambiente que permite financiamentos não muito claros de milionárias campanhas eleitorais”.

Manso argumenta que um processo político e eleitoral que permite que sejam desviadas verbas e coletadas propinas contribui para modificar a estrutura de escolha dos destinos dos recursos públicos. “E isso também provoca ineficiência, uma vez que investimentos, importantes como a elevação do capital humano, possuem grandes chances de serem preteridos”, diz.





IC / SHUTTERSTOCK

A operação Lava Jato representou um extraordinário marco na luta contra a corrupção no País, no entanto a superação da crise está diretamente ligada à realização de uma reforma para combater os vícios e distorções do modelo vigente.

Para ele, há impactos negativos nas relações do estado com o setor privado, o que provoca menores incentivos ao investimento e menor arrecadação de tributos. Segundo o economista, a qualidade dos arranjos institucionais é determinante para um quadro de justiça e eficiência e para explicar o nível de produto de uma economia. “Más instituições geram, por exemplo, redução de mercados, desvio de recursos públicos para setores não produtivos – como o combate à violência e às atividades ilícitas – e perda de legitimidade dos governantes”.

Fazer reformas significa, portanto, liberar crescimento potencial represado. Só com um bom ambiente de negócios o Brasil terá uma indústria inovadora, capaz de melhorar sua produtividade e agregar novas tecnologias ao processo produtivo. É hora de encarar sem rodeios as grandes reformas de que o Brasil precisa. Os ajustes precisam ser rápidos e cirúrgicos para minimizar os custos que o acompanham. As reformas são vitais para restaurar a credibilidade que traz investimentos e gera empregos. Para isso, é preciso ação, construção de consensos e firme decisão política para fazer as reformas de que o país necessita para crescer. ■

Por que o Brasil precisa das reformas?



Alexandre Pereira Silva

1º VICE-PRESIDENTE

“O país está na pior crise de sua história e o crescimento da economia precisa ser retomado. As reformas são absolutamente necessárias e urgentes e eram para serem feitas faz tempo.”



Roberto Sérgio Ferreira

VICE-PRESIDENTE

“Sou a favor das reformas e da modernização. Para mim, elas deveriam ser votadas com mais celeridade. O mais importante é que com elas o negociado é superior ao legislado.”



Hélio Perdigão

VICE-PRESIDENTE

“A Reforma Trabalhista é muito boa, é um avanço, mas ainda é tímida. Acredito que trará mais empregos, porque melhorou um pouco, mas poderia ser muito melhor. Se compararmos o Brasil a outras economias semelhantes na questão de leis trabalhistas ainda, estamos muito atrasados.”



Carlos Fujita

VICE-PRESIDENTE

“Considero de extrema importância essas quatro reformas. Há apoio para o desenvolvimento e crescimento do país. Na Política, por ensejar uma nova relação de representatividade da sociedade. Na Trabalhista, por adequar as novas relações e condições de trabalho que vivemos diante do cenário atual. A Previdenciária e a Tributária também são necessárias porque precisamos que as empresas sejam mais eficientes no setor de gestão e produção, o que não acontece pela alta carga tributária que temos hoje.”



Ricardo Cavalcante

DIRETOR ADMINISTRATIVO

“O Brasil tem a chance de dar um salto em prol do seu desenvolvimento a partir das reformas que tramitam no Congresso. Não podemos mais perder tempo e oportunidades para avançarmos.”



Marcus Venícius Rocha Silva

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO
E PRESIDENTE DO SINDCONFECÇÕES

“O Brasil precisa das reformas e só agora, com a entrada do Governo Temer, ele teve coragem de fazer isso.”



Edgar Gadelha

DIRETOR FINANCEIRO E PRESIDENTE DO SINDCARNAÚBA

“Eu tenho muita esperança que estas reformas coloquem nosso país em um rumo certo, apesar de ainda achar que elas são muito tímidas. Talvez a mais importante destas seja a reforma política. Nosso país precisa repensar as formas que os nossos representantes são eleitos. Fico feliz porque essas reformas estão na agenda do Governo e rezo para que sejam todas aprovadas da melhor forma possível para que possamos ter um país competitivo e dê condições para o setor produtivo gerar riquezas, gerar emprego, gerar trabalho, porque é isso que o nosso país precisa.”



Ricard Pereira

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

“Eu acho que o país há muito tempo vem mais do que exigindo uma mudança. Essas reformas traduzem uma boa parte do que as pessoas que trabalham e realmente produzem pensam. Mas mais do que essas reformas, todos nós brasileiros temos que encarar uma nova maneira de viver o dia a dia desse país, sendo intolerantes com todos e com nós mesmos com tudo aquilo que nos afasta do bem comum. É hora de mudar o Brasil e essa mudança deve ocorrer se nós mudarmos primeiro.”





Reforma da previdência

Reformar e aperfeiçoar o modelo previdenciário do Brasil tem dois objetivos fundamentais. Um é assegurar que as próximas gerações de brasileiros, como seus filhos e netos, tenham acesso à Previdência Social. O outro é manter o equilíbrio das contas públicas e gerar condições para o crescimento sustentável.

As premissas para a reforma do sistema de pensões são conhecidas. O Brasil vem passando por uma acentuada transição demográfica. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a expectativa de vida do brasileiro passou de 69,8 anos em 2000 para 75,5 anos em 2015. Com isso, o número de idosos aumentou e o número de aposentados também. Acontece que o número de trabalhadores na ativa não acompanha esse crescimento e a conta não fecha. Em 2000, havia oito pessoas no mercado de trabalho para cada aposentado. Em 2060, serão dois ativos para cada inativo. Isso multiplicará o déficit nas contas e tornará o atual sistema insustentável. Por isso, a reforma ajudará a aliviar as contas públicas e a controlar a dívida.

Atualmente, os gastos com Previdência e assistência representam 55% das despesas da União. Projeções do Ministério do Planejamento indicam que, sem a reforma, em 2026, esses gastos equivalerão a 82% das despesas públicas. Dessa forma, não haveria dinheiro para construir estradas, escolas, hospitais ou saneamento, entre outros. Apenas para pagar a Previdência.

"Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a expectativa de vida do brasileiro passou de 69,8 anos em 2000 para 75,5 anos em 2015."

A CNI destaca que o crescimento dos gastos da Previdência é o principal componente do déficit público. No ano passado, só o déficit da Previdência rural e dos trabalhadores urbanos da iniciativa privada alcançou o recorde de R\$ 149,73 bilhões, equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). O rombo é 74,5% maior do que o registrado em 2015, quando somou R\$ 85,81 bilhões, ou 1,5% do PIB. Para este ano, a expectativa é que o déficit alcance R\$ 181,6 bilhões.

Esse déficit crescente gera um grande desequilíbrio nas contas públicas e representa uma ameaça para a estabilidade da economia brasileira. O equacionamento do déficit da Previdência, que se dará com a reforma do sistema atual, é indispensável para o equilíbrio das contas públicas e a recuperação da estabilidade econômica. Sem o déficit, o governo poderia reduzir os encargos sobre a folha de salários, o que estimularia a criação de empregos formais.

Além do alívio fiscal, a reforma da Previdência poderá trazer impactos positivos também no crescimento do PIB. Projeções do Ministério da Fazenda indicam que, com as mudanças no sistema previdenciário, a taxa de investimentos no Brasil deve crescer 1,8 ponto percentual ao longo dos próximos dez anos. No mesmo período, o consumo dos aposentados aumentará 1,7% e o PIB terá um incremento de 0,65 ponto percentual ao ano.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) reforça esse argumento mostrando que a aposentadoria precoce no Brasil reduz a geração de riqueza. Aqui, um terço dos aposentados permanece no mercado de trabalho, mas o restante passa a viver apenas com a pensão. Isso implica renda mais baixa e, em consequência, um crescimento menor da economia. De acordo com o estudo, se os brasileiros passassem a se aposentar aos 65 anos, a economia brasileira teria potencial de crescer 0,4 ponto percentual a mais ao ano.

Também — segundo a FGV — se o Brasil adotasse um sistema misto de previdência, incluindo um regime de capitalização como o do Chile, onde cada trabalhador tem uma conta individual de poupança, a taxa de juros real de longo prazo cairia um ponto percentual.



FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM / ABR

■ OS GASTOS COM PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA REPRESENTAM 55% DAS DESPESAS DA UNIÃO

Existem benefícios econômicos ainda no curto prazo. A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de fevereiro mostra que a queda de juros de uma perspectiva estrutural depende muito da reforma da Previdência. O próprio Banco Central reconhece que há uma possibilidade bem concreta de redução estrutural dos juros no longo prazo.

Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que apoia a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/16 em tramitação no Congresso, por todos esses motivos, a reforma da Previdência é crucial para o Brasil voltar a crescer e criar empregos e oportunidades de trabalho para todos os brasileiros. Sem sua aprovação, todo o arcabouço do ajuste fiscal proposto pela equipe econômica do governo federal desmoronaria, inclusive a medida da que limitou o crescimento das despesas públicas por 20 anos.

A indústria considera que as regras atuais são incompatíveis com a evolução demográfica e o processo de envelhecimento da população do país. A CNI acredita que, ao promover o

reequilíbrio das contas públicas, a reforma da Previdência não beneficiará apenas os aposentados. Toda a sociedade ganhará, porque o ajuste das contas públicas, associado a outras medidas de longo prazo que assegurem competitividade das empresas, promoverá o aumento da produção e dos investimentos, estimulará a criação de empregos e o crescimento da economia. Sem a reforma da Previdência, dificilmente o Brasil conseguirá sair da recessão.

Elaborada pelo governo, a PEC 287/2016 está em tramitação na Câmara dos Deputados desde dezembro do ano passado. Depois de aprovada na Câmara, ela precisa ser enviada ao Senado. Lá, ela será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e, depois, pelo Plenário, onde precisa ser aprovada em dois turnos. Se o Senado aprovar o texto como ele for da Câmara, o texto será promulgado pelas Mesas da Câmara e do Senado. Caso ocorra alteração na proposta, volta para a Câmara para ser votada novamente. A expectativa do governo é que a PEC seja promulgada ainda no primeiro semestre deste ano. ■

Por que o Brasil precisa das reformas?



André Montenegro

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO CEARÁ (SINDUSCON)

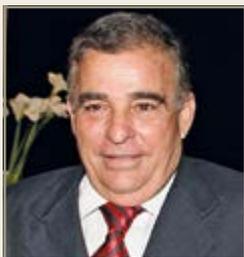
“A importância das reformas está no destravamento da indústria privada. Muitas oportunidades são perdidas por causa desse sistema atual. Precisamos de maior liberdade no relacionamento entre empregador e empregado. Sobre a previdência, um maior tempo de trabalho fará com que os trabalhadores consigam cobrir os aposentados, carregar essa parte da população. Reformas precisam ser feitas.”



Francisco Assis Neto

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR E DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DO CEARÁ (SINDICAJU)

“Enfrentamos muitos problemas com a CLT, por trabalharmos com muita gente. Com a nova lei, com o contrato entre patrão e empregado, essa relação trabalhista vai melhorar. Atualmente, nos encontramos muito engessados, o país não tem condições. Se não forem feitas as reformas, teremos muitos problemas a curto e a longo prazo.”



Cláudio Sidrim Targino

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ÁGUAS, CERVEJAS E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ (SINDBEBIDAS)

“A primeira reforma que seria muito interessante é a trabalhista. Temos uma legislação retrógrada, do tempo de Getúlio Vargas, cheia de ementas. Isso dificulta a vida do empresário. Outra reforma que precisa ser feita é a tributária. Vivemos em um ritual, cheios de leis e decretos que complicam a vida do empresário. Seria necessária a simplificação dessas taxas para alavancar a indústria.”



Fernando Sampaio Trajano

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ALFAIATARIA E DE CONFECÇÃO DE ROUPAS DE HOMEM DE FORTALEZA (SINDROUPAS)

“As reformas que estão acontecendo são significativas para o nosso país. A reforma trabalhista, sobretudo, é fundamental para o setor industrial. Hoje o Brasil tem 17 mil sindicatos, enquanto a Argentina, por exemplo, só tem 36. O trabalhador é obrigado a colaborar com eles e não ganha nada com isso. Isso precisa ser mudado. Na hora que você flexibiliza a legislação, você também ajuda o trabalhador.”



Dinalvo Diniz

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PÉSSADA DO CEARÁ (SINCONPE/CE)

“A reforma Política é estritamente necessária e urgente para que o país possa estabelecer uma lógica política para melhor atendimento por parte da população. A trabalhista também é de extrema importância para destravar as complicadas relações de trabalho que são impostas pelos sindicatos e modernizar a lei trabalhista a fim de que a empresa e o trabalhador possam ter ganhos. Sobre a reforma tributária, as empresas brasileiras estão sobrecarregadas com a imensa carga tributária que nos é imposta, eliminando nossa competitividade. E sobre a reforma da previdência, o sistema previdenciário vem, ano a ano, acumulando déficits que já se mostram insustentáveis. É urgente que se promova essa reforma a fim de garantir os direitos existentes e os que virão.”



Marcelo Guimarães Tavares

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CAL E GESSO, OLARIA, LADRILHOS HIDRÁULICOS E PRODUTOS DE CIMENTO E CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO, DA CERÂMICA, DE LOUÇAS DE PO DE PEDRA, DA PORCELANA, DA LOUÇA DE BARRO, DE VIDROS E CRISTAIS OCOS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDCERÂMICA)

“Eu acho que as reformas são extremamente necessárias no sentido de a indústria local ter visibilidade nacionalmente, conseguindo competir. Temos uma legislação trabalhista muito rígida, e isso traz insegurança aos empresários quando tratamos com os profissionais. Passamos por uma crise muito grande no setor de cerâmicas pela dificuldade de cumprir essa legislação. Se ela fosse mais flexível, certamente, conseguiríamos mais equilíbrio.”



Marcelo Vieira Quinderé

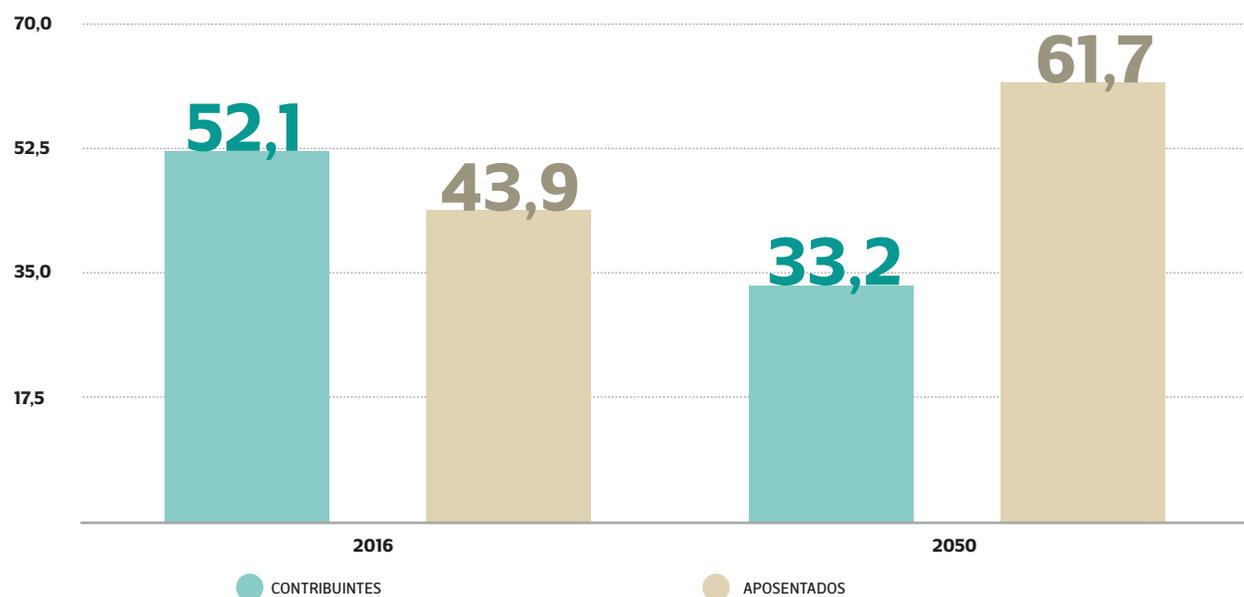
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS E DE DIAMANTES E PEDRAS PRECIOSAS, DE AREIAS, BARREIRAS E CALCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIMINERAIS)

“As reformas são importantes no sentido da competitividade da indústria e do incentivo ao empresário para contratar. A reforma trabalhista poderia ser mais forte, o Brasil tem um custo elevado em todos os aspectos e perde, assim, na competitividade. Se você quer exportar, você precisa ser competitivo no mercado. É extremamente importante para a indústria para que esta possa crescer e contratar mais, gerando emprego.”

A reforma em números

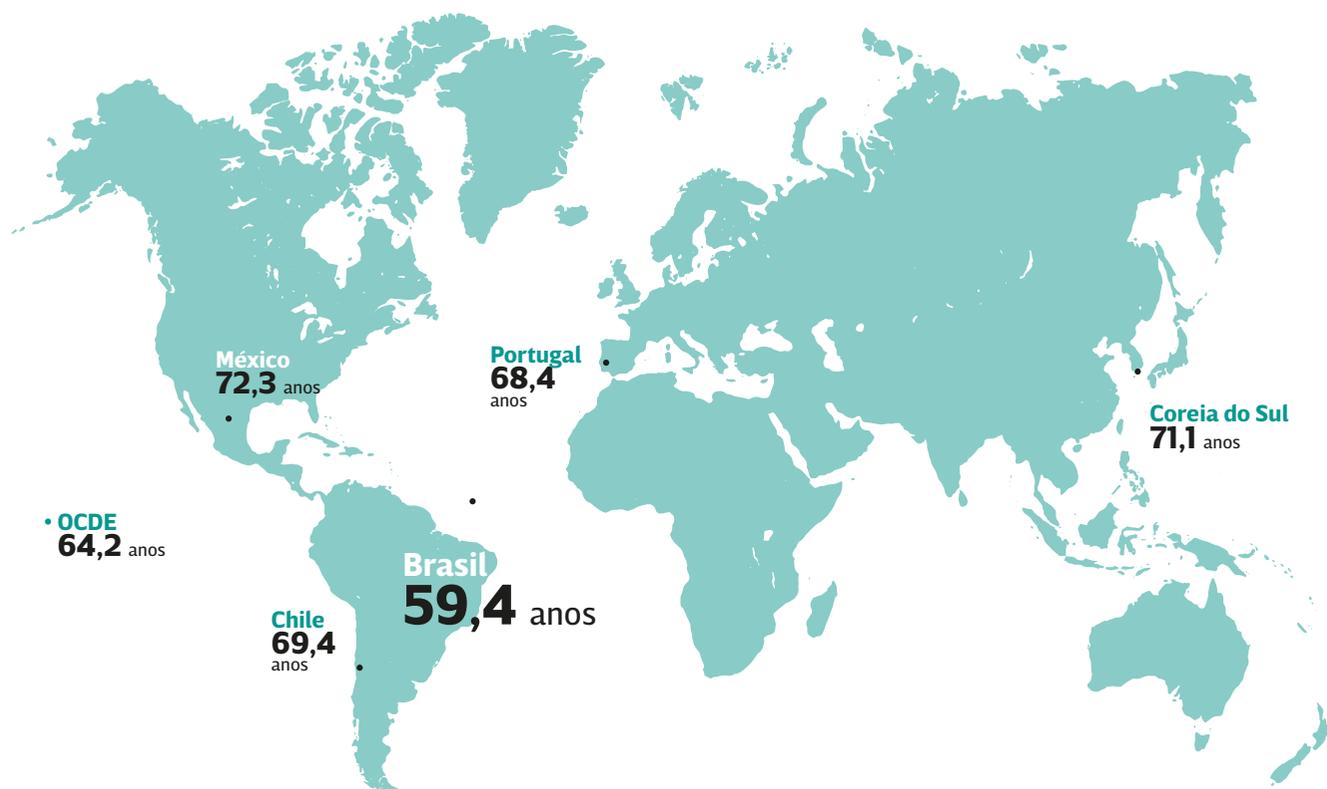
Contribuintes X Aposentados (R\$ milhões)

Em 2050, Brasil terá dois aposentados para cada contribuinte



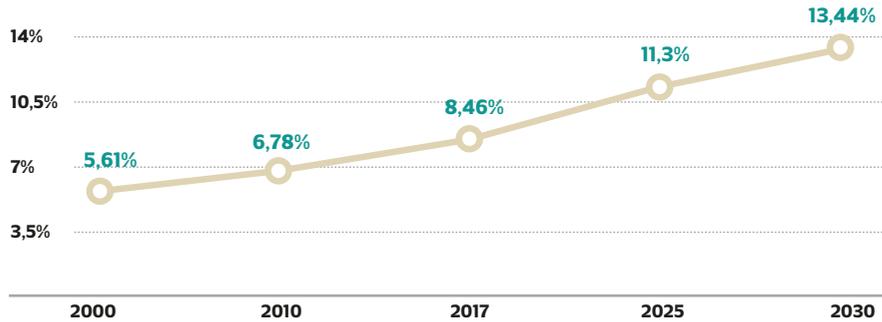
Idade de aposentadoria pelo mundo

Brasileiros se aposentam, em média, mais cedo que a população de outros países emergentes e desenvolvidos

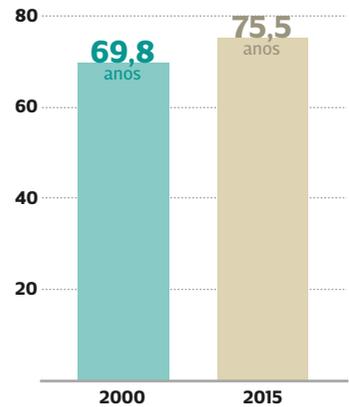


Evolução populacional

Idosos com 65 anos ou mais no Brasil

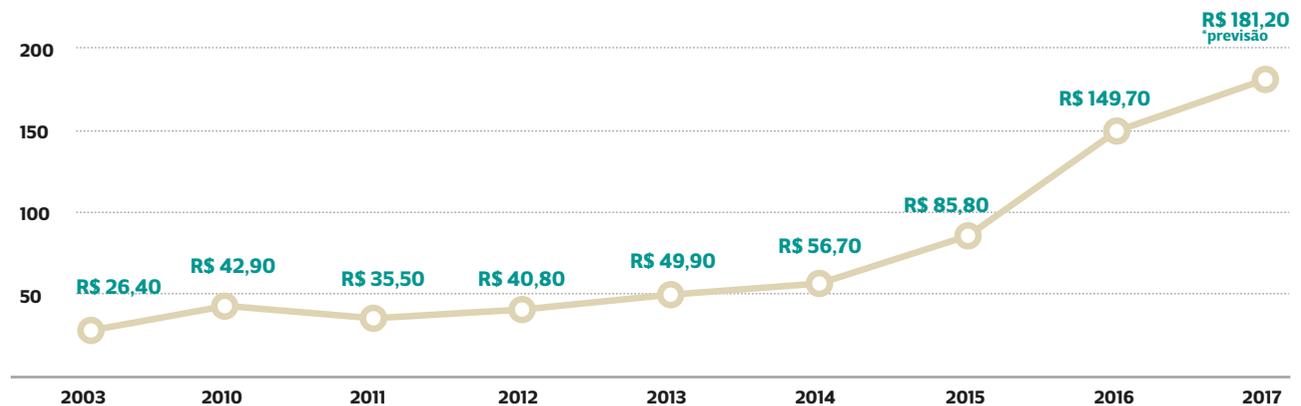


Expectativa de vida do brasileiro



Evolução do rombo do INSS por ano (R\$ bilhões)

O déficit do Regime Geral da Previdência é crescente

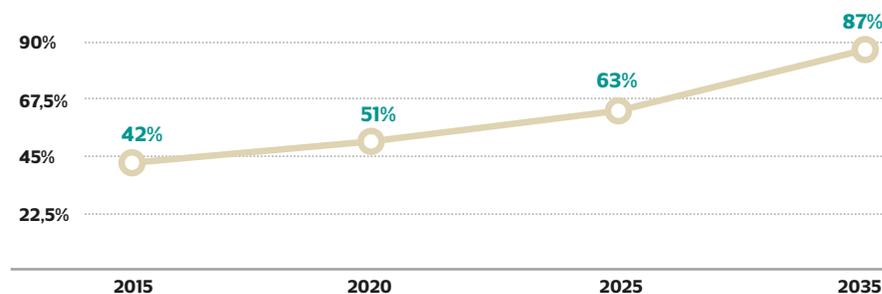


A diferença que a reforma pode fazer

Aliviar as contas públicas

Sem a reforma, os gastos com a Previdência Social sufocarão as contas públicas

*(despesas do INSS em relação à receita líquida da União)



* Estimativa feita contabilizando a manutenção da PEC dos Gastos e a média de crescimento do PIB de 2% ao ano.

Eliminar o problema das aposentadorias precoces

Com a aposentadoria precoce, as pessoas perdem renda e produtividade – e a economia também perde.

0,4 ponto de crescimento anual do PIB

é quanto seria acrescido à economia com a implantação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria.

Principais mudanças da reforma da Previdência em análise no Congresso

Para trabalhadores do setor privado (INSS)

Idade mínima da regra geral de aposentadoria será de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Não será mais possível se aposentar exclusivamente por tempo de serviço no INSS. O tempo mínimo de contribuição passa a ser de 25 anos.

Valor do benefício: 70% da média de todas as contribuições desde 1994; mais 1,5 ponto percentual para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição; 2 pontos percentuais para o que superar 30 anos; e mais 2,5 pontos, para o que superar 35 anos, até chegar a 100%.

Para obter o benefício integral, serão necessários 40 anos de contribuição.

Lei estabelecerá como se dará o aumento da idade mínima em razão do aumento da expectativa de sobrevida.

Regra de transição no INSS

Em vez de implementar a regra geral imediatamente, o governo criou uma regra de transição, que valerá para todos os trabalhadores.

Nessa regra, a idade mínima para a aposentadoria aumentará gradativamente, partindo de 53 anos, para as mulheres, até chegar a 62 anos em 2036. Para os homens, a idade mínima parte de 55 anos e chegará a 65 em 2038.

Haverá um “pedágio” de 30% sobre o que faltará para cumprir 30 anos de contribuição, se mulher, ou 35, se homem.

Aumento de 1 ano a cada dois anos para a mulher e para o homem, a partir de 01/01/2020, parando de expandir para o segurado na data em que ele cumpre o pedágio.



ALBERTO LENDRO / PORTALNOAR

Reforma trabalhista

O projeto de lei nº 6787/2016, que institui a reforma trabalhista, foi apresentada pelo Executivo ao Congresso no fim do ano passado e após a sanção da Lei da Terceirização, em 31 de março, ganhou impulso e pouco depois passou a tramitar em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

A Lei da Terceirização, que está em vigor enquanto a reforma não é aprovada no Senado, libera a terceirização para todas as atividades da empresa, acabando com a distinção entre atividade-fim e atividade-meio, peculiaridade brasileira que dá margem à insegurança jurídica. Outra alteração importante foi o aumento do prazo para a contratação em regime temporário, de três para seis meses, entre outras mudanças.

Advogados especializados em Direito do Trabalho atestam que a norma dará segurança jurídica às empresas que optarem pela medida. Para Marcel Daltro, advogado trabalhista, a lei gera um fluxo maior de contratações e, principalmente, dá estabilidade jurídica aos aproximadamente 12 milhões de empregos neste formato. "A lei atualiza, mesmo que parcialmente, as leis trabalhistas brasileiras. O tema cobre uma grande lacuna em nossa legislação e regulamenta um longo debate existente, que influencia a vida de milhares de cidadãos, empresas e entidades", diz.

O governo aposta que essa regra trará novos empregos. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, tem afirmado que 5 milhões de postos poderão surgir em dois anos. A estimativa se baseia em dados da OCDE, organização que reúne países desenvolvidos, nos quais a taxa média



■ A REFORMA DÁ FORÇA DE LEI A ACORDOS FEITOS POR TRABALHADORES E SINDICATOS COM EMPRESAS EM 13 TEMAS, ENTRE ELAS JORNADA DE TRABALHO, PARCELAMENTO DE FÉRIAS, INTERVALO DE ALMOÇO E TRABALHO REMOTO



**CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

de emprego temporário é de 16% da força de trabalho. No Brasil, segundo Nogueira, é de 6%. Para ele, as reformas permitiriam elevar esse tipo de contratação para 10% do mercado de trabalho com carteira assinada, estimado em 50 milhões de postos no Brasil.

A indústria comemorou a aprovação da Lei da Terceirização por entender que ela preserva a livre iniciativa e contribui para a geração de empregos, sem tirar direitos do trabalhador. A medida pode resultar em ganhos de eficiência e produtividade e estimular o crescimento da economia, avalia a CNI.

A Lei da Terceirização foi um grande passo, porém é preciso avançar. O Brasil precisa de regras mais ajustadas à economia contemporânea. De acordo com a CNI, não se trata, em absoluto, de suprimir direitos, que são sagrados. Trata-se de modernizar as normas que regem as relações de trabalho e liberar o potencial produtivo do país.

O pacote de mudanças necessárias deve incluir fundamentalmente a reforma trabalhista, já aprovada no plenário da Câmara dos Deputados. A reforma dá força de lei a acordos feitos por trabalhadores e sindicatos com empresas em 13 temas, entre eles jornada de trabalho, parcelamento de férias, intervalo de almoço e trabalho remoto. Esses pontos, atualmente, são motivo de incerteza para empregadores e empregados.

Para Monica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, modernizar as relações de trabalho não é uma agenda momentânea, fruto da crise. É uma agenda de longa data, que poderia já ter sido enfrentada em tempos de bonança. O cenário agora demanda, de acordo com ela, soluções realistas, sem posições dogmáticas e rígidas, pois essas não mais se adequam ao mundo do trabalho moderno e dinâmico, em que é possível alguém do Brasil trabalhar, de sua casa, para uma empresa no Japão, por exemplo.

“Cabe a nós brasileiros nos desvencilharmos da visão paternalista e protetora da legislação do trabalho e encarar a necessidade de transformar a legislação defasada em espaços de negociação favoráveis a um modelo sustentável de relações do trabalho que promova a proteção e o bem-estar de toda a sociedade”, defende a diretora.

SEGURANÇA JURÍDICA

A tendência é que, com a aprovação da reforma, as empresas tenham mais segurança para celebrar acordos coletivos em temas controversos. Hoje, os acordos já são previstos na lei, mas esbarram na rigidez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, trabalhadores insatisfeitos com os acordos entram na Justiça de forma individual, fazendo valer a CLT e anulando o que foi combinado pela maioria dos colegas com os patrões. “A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”, diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Somente em 2015, a Justiça acolheu 844 mil ações sobre trabalho intrajornada e férias. Até os sindicatos concordam com a premissa de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. “Temos de fortalecer a negociação e retirar a intervenção do Estado no assunto”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, centro de pesquisas que auxilia sindicatos.

O Banco Mundial tem historicamente destacado esse risco de que uma legislação muito rígida pode, ao invés de proteger os trabalhadores, criar obstáculos para a geração de empregos. O diretor-executivo do banco, Otaviano Canuto, destaca que muitas variáveis influem no nível de emprego. “A flexibilidade do mercado de trabalho americano é enorme e não é por acaso que os Estados Unidos mostram uma capacidade maior de resposta de geração de emprego depois da crise do que vários europeus”, exemplifica.

De acordo com a CNI, não se trata, em absoluto, de suprimir direitos, que são sagrados. Trata-se de modernizar as normas que regem as relações de trabalho e liberar o potencial produtivo do país.

Ele elogia um dos pontos centrais da reforma defendida pelo governo Temer: a previsão de que alguns parâmetros trabalhistas estabelecidos em lei possam ser negociados entre trabalhadores e empresários, como a duração da jornada de trabalho (que poderá chegar a 12h em um dia, sendo compensada com folgas nos seguintes), os planos de cargos e salário, a participação de lucros, entre outros.

Atualmente, muitos acordos entre trabalhadores e empregados têm sido anulados na Justiça do Trabalho, o que gera insegurança jurídica, segundo o governo. A reforma quer restringir a interferência do judiciário apenas a aspectos formais desses acordos, sem entrar na análise do seu equilíbrio.

Segundo Canuto, "é impossível criar emprego por lei, pois isso não obriga as empresas a contratar". No entanto, diz ele, uma legislação mais flexível, que fortaleça as negociações entre trabalhadores e empresários, pode reduzir os receios das empresas em retomar as contratações quando a economia começar a melhorar. "Ter uma legislação que joga contra a geração de empregos enfraquece a recuperação cíclica em qualquer economia de mercado no mundo", argumenta.

MAIS PRODUTIVIDADE

Dar previsibilidade à questão trabalhista é essencial para alavancar a produtividade no país. Um levantamento da CNI mostrou que, somente em relação ao item pagamento sobre o deslocamento, há 17 jurisprudências distintas em tribunais estaduais do Trabalho, a maioria invalidando acordos coletivos nesse tema.

Um estudo da consultoria Economatica mostra que 64 empresas que divulgaram o balanço de 2016 provisionaram R\$ 27 bilhões para fazer frente a possíveis perdas em processos trabalhistas e tributários – dinheiro que poderia ser alocado em investimentos.

Os tribunais brasileiros já receberam, desde a década de 40, cerca de 87 milhões de processos trabalhistas. Se os acordos coletivos passarem a valer de fato, as empresas terão segurança jurídica para operar nos moldes de países que fizeram mudanças, como a Alemanha. No início de 2000, o país aprovou uma ampla reforma trabalhista e colheu bons frutos. Em 2005, o desemprego atingia 11% dos alemães. As mudanças permitiram contratações com jornada e salário reduzidos e, em 2014, o desemprego caiu para 5%.

Provavelmente, a reforma não será capaz de trazer os mesmos resultados para o Brasil, uma vez que a Alemanha tem um dos maiores índices de produtividade do mundo. Mas é um importante passo à frente. "Essa reforma ajudaria a atacar a fortíssima insegurança jurídica, a produtividade estagnada e a dificuldade de geração de empregos", afirma Emerson Casali, especialista em relações do trabalho.

Principais pontos da reforma trabalhista em análise no Congresso

A proposta é alterar mais de 100 pontos da CLT

1. **Negociação**

Acordos entre empregado e empregador irão prevalecer sobre a legislação trabalhista. Entre os pontos negociados, estão jornada de trabalho, remuneração por produtividade e banco de horas. Garantias como FGTS, salário mínimo, 13º e férias proporcionais são mantidas.

2. **Férias**

As férias poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos e os demais não poderão ser menores que cinco dias, cada um.

3. **Jornada**

Jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais. A jornada 12x36 favorece o trabalhador, já que soma 176 horas de trabalho por mês, enquanto a jornada de 44 horas soma 196 horas.

4. **Descanso**

O intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. Além disso, se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou concedê-lo parcialmente, seja na área urbana ou rural, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido.

5. **Trabalho intermitente**

Modalidade pela qual os trabalhadores são pagos por período trabalhado. É diferente do trabalho contínuo, que é pago levando em conta 30 dias trabalhados, em forma de salário. No contrato deverá estar estabelecido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor da hora do salário mínimo ou ao pago aos demais empregados que exerçam a mesma função. O projeto prevê que o trabalhador receba pela jornada ou diária, e, proporcionalmente, com férias, FGTS, previdência e 13º salário.

6. **Transporte**

O tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outros contratantes.

7. **Trabalho remoto (home office)**

Tudo o que o trabalhador usar em casa será formalizado com o patrão via contrato, como equipamentos e gastos com energia e internet, e o controle do trabalho será feito por tarefa.

8. Trabalho parcial

A duração pode ser de até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras semanais, ou de 26 horas semanais ou menos, com até 6 horas extras, pagas com acréscimo de 50%. Um terço do período de férias pode ser pago em dinheiro.

9. Representação

Os trabalhadores poderão escolher 3 funcionários que os representarão em empresas com no mínimo 200 funcionários na negociação com os patrões. Os representantes não precisam ser sindicalizados. Os sindicatos continuarão atuando apenas nos acordos e nas convenções coletivas.

10. Demissão

O contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.

11. Danos morais

A proposta impõe limitações ao valor a ser pleiteado pelo trabalhador, estabelecendo um teto para alguns pedidos de indenização. Ofensas graves cometidas por empregadores devem ser de no máximo 50 vezes o último salário contratual do ofendido.

12. Contribuição sindical

Hoje, a contribuição é obrigatória. O pagamento é feito uma vez ao ano, por meio do desconto equivalente a um dia de salário do trabalhador. A contribuição sindical será opcional.

13. Terceirização

Haverá uma quarentena de 18 meses que impede que a empresa demita o trabalhador efetivo para contratá-lo como terceirizado. O texto prevê ainda que o terceirizado deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos.

14. Banco de horas

Hoje, o excesso de horas em um dia de trabalho pode ser compensado em outro dia, desde que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias. Com a reforma, o banco de horas pode ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação se realize no mesmo mês.

15. Rescisão contratual

A homologação da rescisão, feita hoje em sindicatos, poderá ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário – que pode ter assistência do sindicato.

16. Multa

A multa para empregador que mantém empregado não registrado é de R\$ 3 mil por empregado, que cai para R\$ 800 para microempresas ou empresa de pequeno porte.

LIBERDADE PARA NEGOCIAR

Pesquisa recente da CNI, em parceria com IBOPE, constatou que o brasileiro quer mais liberdade para negociar rotinas de trabalho flexíveis. Mais de 80% das pessoas relataram que gostariam de poder trabalhar em casa, enquanto 73% informou querer poder definir a própria jornada de trabalho.

Nesse sentido, a legislação trabalhista atual está ultrapassada, a começar, na opinião da diretora de Relações Institucionais da CNI, Monica Messenberg, pelo engessamento na relação entre empregado e empregador digna do contexto no qual ela foi criada, em que eram necessárias regras rígidas para proteger os trabalhadores que vinham do campo para os grandes centros urbanos. “Há que se respeitar esse contexto e valorizar as legislações criadas. Contudo aquela superproteção ao trabalhador, anteriormente necessária, atualmente atrapalha as relações laborais”, destaca.

Ela cita o horário do almoço como exemplo emblemático de engessamento da lei trabalhista que, defasada, faz com que todo o universo de trabalhadores tenha que se submeter a uma padronização muitas vezes em confronto com a realidade, com o perfil do mercado de trabalho atual e com os anseios dos próprios trabalhadores. Um empregado, por lei, deve ter entre uma e duas horas de almoço diariamente, para alimentação e repouso.

Porém, se na empresa houver um refeitório e diariamente um empregado, que tem 1 hora de intervalo, levar 40 minutos para almoçar e descansar, ele não pode negociar com o seu empregador voltar ao seu posto de trabalho 20 minutos antes, para sair 20 minutos mais cedo. “Seria essa uma escolha a ser feita pela lei ou pelo empregado, que conhece os seus hábitos de alimentação, a sua rotina familiar, o trânsito que enfrenta ao sair do trabalho?”, questiona.

Outro paradoxo apontado por Mônica é que, enquanto há empresas no Reino Unido que oferecem aos empregados escolherem quantos dias querem ficar de férias, nossa legislação brasileira proíbe o fracionamento desse período de descanso, que aqui é de 30 dias. Também não pode o trabalhador, por exemplo, fracionar suas férias, dividin-

do-as em períodos curtos, para juntá-los com feriados prolongados, para uma viagem com os filhos em períodos fora das férias escolares, fugindo de períodos de pico. E assim, quem quiser viajar, terá que se submeter às tarifas mais caras dos períodos considerados de alta temporada.

Esses são exemplos pontuais de barreiras que a legislação trabalhista cria, que – na visão da diretora – impedem avanços do ambiente de negócios do país, visto que as empresas perdem com a burocracia administrativa e com a falta de alternativas para a gestão das pessoas e do processo produtivo, e, por vezes, vão de encontro ao desejo do próprio trabalhador.

E, com isso, a relação entre empresas e empregados vai ficando minada, pois o diálogo não ocorre a partir do entendimento dos anseios das duas partes, e sim em torno do que é possível fazer sem que se gere insegurança jurídica. Por isso, modernizar a legislação trabalhista é essencial.

“Só assim haverá espaço para ajustar as relações de trabalho, tornando-as flexíveis em prol da possibilidade de gestão e definição pelos próprios empregados e empregadores das regulamentações de temas específicos a sua realidade de trabalho. Esse é o caminho para a busca de soluções negociadas”, ressalta.

É preciso, segundo Mônica, afastar o mito de que “são os trabalhadores, mais uma vez, que têm que pagar a conta”. “Se o Brasil hoje tem 13,5 milhões de desempregados e mais de 16 mil empresas que abriram falência só em 2016, quem paga a conta é toda a população, é todo o país. Ao invés de buscar culpados e injustiçados, precisamos, em benefício de todos, buscar soluções para reverter a crise, e, assim, atrair investimentos para que sejam retomados postos de trabalho, pois sem investimento não há empresas, e sem empresas não há empregos”.

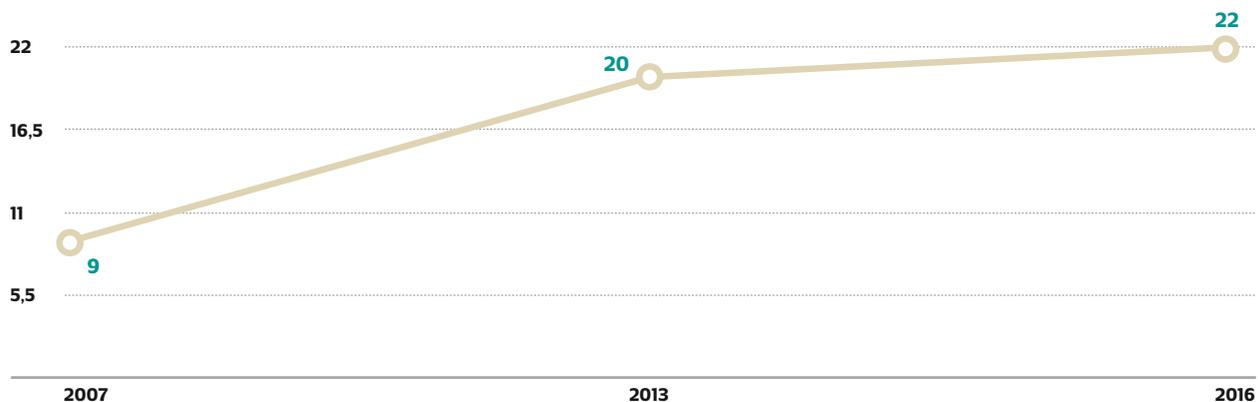
A diretora defende que, nesse mesmo sentido, sindicatos de trabalhadores e sindicatos de empresas devem atuar, almejando realizar negociações que, longe de suprimir direitos, serão o melhor caminho para preservá-los por propiciar condições justas e adequadas aos atores envolvidos. ■

A reforma em números

A diferença que a reforma pode fazer (R\$ bilhões)

O número de novas ações e de indenizações trabalhistas pagas bateu recorde em 2016

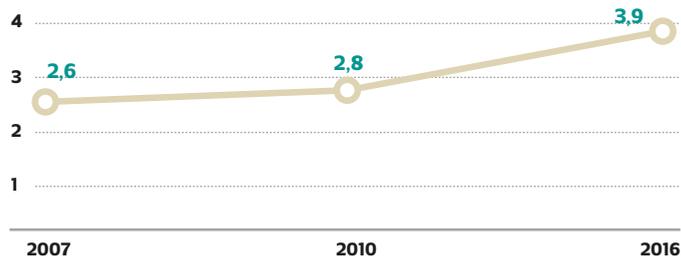
Pagamento a trabalhadores em ações na Justiça (em bilhões de reais)



87 milhões

foi o número de processos abertos desde 1941 no país – e caminhamos para os 100 milhões

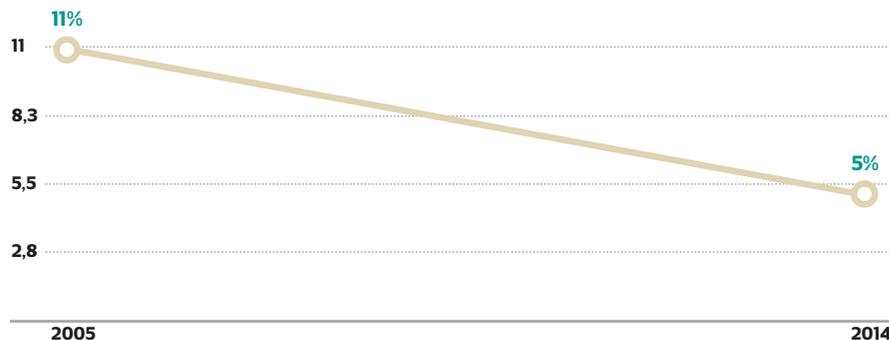
Novas ações recebidas pela Justiça do Trabalho (R\$ milhões)



R\$ **5** mil

é quanto custa, em média, cada novo processo aberto na Justiça

Na Alemanha, reformas trabalhistas ajudaram a diminuir a taxa de desemprego



Na reforma alemã, realizada entre 2003 e 2005, ficou mais fácil contratar trabalhadores temporários e houve uma redução do seguro pago aos profissionais desempregados por um período maior de tempo. 5 milhões de vagas surgirão em dois anos no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho, com a aprovação da lei da terceirização e de trabalho temporário

Fontes: Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho



A reforma trabalhista: capital e trabalho no século 21

POR ALEXANDRE FURLAN
PRESIDENTE DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO DA CNI E VICE-PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DOS EMPREGADORES (OIE)

Principal marco do Direito do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completa 74 anos neste 1º de maio. Com inegáveis serviços prestados à proteção do trabalhador brasileiro, a CLT, no entanto, demonstra os sinais do tempo. O emprego tradicional, tal qual o conhecemos, dá lugar a novas formas de produção, a reboque das inovações da era digital que aparecem em velocidade que mal conseguimos acompanhar. É chegada a hora de uma atualização mais incisiva.

Os debates em torno do Projeto de Lei nº 6.787/2016 sinalizam, enfim, um desfecho para uma discussão que há tempos está madura. A modernização das relações do trabalho — espera-se — permitirá que empresas e trabalhadores brasileiros encontrem um novo nível de maturidade, suplantando a superada visão de que capital e trabalho têm agendas conflitantes e irreconciliáveis, noção incompatível com a economia do conhecimento que se consolida no século 21.

A valorização da negociação coletiva legítima e prestigia um dos mais relevantes instrumentos das relações do trabalho. Mais que isso, confere o merecido reconhecimento ao diálogo social e à autonomia da vontade coletiva, conforme foram preconizados da Constituição Federal de 1988.

Afinal, o que ganham, em termos práticos, empresas e trabalhadores com esta proposta? Numa primeira leitura, a segurança de que a energia empenhada em longas horas na construção de um instrumento coletivo não será posta a perder, vítima do questionamento de um insatisfeito ou de ativismo jurídico. O que for pactuado de forma legítima, refletindo o encontro da efetiva vontade de trabalhadores e empregadores, e à luz dos direitos constitucionais, terá força de lei.

No dia a dia do trabalhador, os reflexos poderão ser sentidos na qualidade de vida e no seu bem-estar. Acertos que parecem triviais nos dias de hoje, como o *home office* e jornadas mais flexíveis,

poderão ser adotados em maior escala, à medida em que empresas e empregados poderão definir as regras para esses modernos arranjos de trabalho de acordo com suas realidades específicas, mas que hoje relutam em fazer por conta do rigor da legislação.

Como mensurar o impacto de uma rotina elástica na vida do brasileiro que enfrenta as agruras típicas dos grandes centros urbanos? Permitir, com segurança jurídica, que se produza de casa, no horário e na forma que convier ao trabalhador e ajustada com as empresas, poupando-lhe do tempo perdido no trânsito, resulta numa óbvia equação de ganha-ganha, com reflexos positivos no ambiente de trabalho e na produtividade da empresa. Para as empresas, o reflexo será na melhor organização do seu processo fabril, com ganhos de produtividade.

No entanto, o Brasil ainda é um país onde um trabalhador de 50 anos, em que a expectativa de vida atingiu patamares do mundo desenvolvido, não pode escolher dividir suas férias como preferir. Como conceber que nossas multinacionais concedam horas e locais de trabalho flexíveis aos funcionários em suas operações internacionais e optem por não fazer o mesmo na matriz brasileira por conta do risco que tais arranjos implicam.

O mundo evoluiu, o trabalho se transformou e o Brasil aspira ser uma das economias desenvolvidas do mundo. Não adianta a lei querer se impor à realidade. Ela precisa ser elástica o suficiente para acomodar a realidade dinâmica das rotinas trabalhistas e os arranjos pactuados por meio da negociação coletiva, harmonizando a necessária proteção do trabalhador e a competitividade das empresas. Este é o mundo do trabalho que está se buscando com esta reforma, trazendo nossa septuagenária CLT para o século 21. ■



▶ IEL CEARÁ

NOSSO NEGÓCIO É
TRANSFORMAR.

.....

O Instituto Euvaldo Lodi acredita que desenvolver carreiras e investir em tecnologia e inovação são estratégias que preparam seu negócio para vencer desafios e ser cada vez mais competitivo no mercado.

**Transformador para as empresas,
estratégico para a economia
cearense.**



(85) 4009.6300 www.iel-ce.org.br /ielceara



Por que o Brasil precisa das reformas?



José Agostinho Carneiro de Alcântara

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS DE FORTALEZA (SINDSERRARIAS E SINDSAL)

“A reforma da Previdência é antipática, malvista, porém indispensável. É obvio que um país, se não houver essa reforma, não vai ter como pagar aposentadoria aos trabalhadores. Essa reforma é um caos gerado por más administrações anteriores e governos que não trabalharam bem. Hoje ela se torna necessária. A reforma trabalhista gera mais empregos e beneficia muito mais o trabalhador do que o empresário.”



Aluisio da Silva Ramalho

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REDES NO ESTADO DO CEARÁ (SINDREDES)

“Todas elas são importantíssimas, principalmente a trabalhista. Já está mais do que na hora delas serem aprovadas.”



Sérgio Britto de Castro

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS E ANIMAIS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIOLEO)

“Eu acredito muito na iniciativa privada, e o governo não a administra tão bem quanto deveria. As reformas irão ajudar nesse sentido. A sociedade vai evoluir, vai ser melhor para trabalhadores e empresários. Quando se reduz a carga tributária, por exemplo, o empresário tem como investir, contratar e aumentar salários. O estado precisa diminuir, pois a iniciativa privada administra muito melhor os recursos para o povo.”



Jaime Bellicanta

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE FORTALEZA (SINDCALF)

“Tenho acompanhado mais de perto as reformas trabalhista e previdenciária. Acho de suma importância para gerar mais empregos e para que possamos ter uma CLT mais atualizada. Vejo com bons olhos também a reforma da previdência. Ela é boa tanto para o empresário como para o trabalhador. Se não tivermos a reforma da previdência, o Brasil sofrerá.”



Márcia Oliveira Pinheiro

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COUROS E PELES DO ESTADO DO CEARÁ (SINDICOUROS)

“Para o Brasil voltar a crescer, precisa atrair investidores, tanto daqui, quanto de fora, e para que isso ocorra, os investidores precisam ter a certeza que, ao investir no Brasil, terão o retorno esperado. Acredito que sem as reformas, tanto da previdência, quanto trabalhista e tributária, não teremos os investimentos de que tanto precisamos para voltar a crescer.”



Abdias Veras Neto

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE ROCHAS PARA BRITAGEM NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIBRITA)

“A reforma mais importante para nós é a trabalhista. Qualquer empresário hoje pensa duas vezes antes de contratar por causa da nossa atual legislação. É um grande entrave que precisa ser ajustado para que possamos crescer mais rapidamente. A reforma seria uma retomada que ajudaria a indústria, trazendo mais empregos.”



Airton Carneiro

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROÇAMENTO DO ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIALGODÃO)

“Prefiro aguardar para ver se as reformas trarão ganhos significativos. Estão acontecendo muitas mudanças em relação a elas. Os pontos das reformas não estão bem estabelecidos.”



Kelly Whitehurst

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ (SINDTEXTIL)

“As pautas das reformas política, previdenciária, trabalhista e tributária são essenciais para que se inicie um ciclo de mudanças estruturantes. O poder público, ao iniciar mudanças nessas áreas que há tanto a sociedade clama e sabe da necessidade, demonstra que é possível iniciar uma nova fase histórica, passando a decidir com mais celeridade e eficácia.”





Reforma tributária

As propostas de reforma da Previdência e trabalhista fizeram ressurgir também as discussões em torno da reforma tributária, essa bem mais complexa, mas igualmente necessária à recuperação brasileira. O sistema tributário brasileiro encerra, hoje, uma grande quantidade e diversidade de problemas que incluem o tamanho da carga tributária, a complexidade do sistema e a instabilidade normativa.

Conforme a Receita Federal, a carga tributária no Brasil – a soma de todos os impostos, contribuições e taxas pagas pelos cidadãos e empresas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – somou 32,66% em 2015. Está entre as mais altas do mundo, sendo a maior dos países da América Latina e Caribe. A comparação internacional feita pelo Fisco é feita com base no ano de 2014 – por conta do atraso em obter dados de outras nações. Naquele ano, a carga brasileira somou 32,42% do PIB, acima de países como Chile (19,8%), Estados Unidos (26%), Canadá (30,8%) e Israel (31,1).

Além disso, compromete a competitividade da indústria nacional no mercado externo. A lógica é que é mais barato importar da China um produto industrializado do que fabricá-lo no Brasil.

Essa elevada carga onera a produção, afeta o poder de compra da sociedade e o crescimento econômico do país. Além disso, compromete a competitividade da indústria nacional no mercado externo. A lógica é que é mais barato importar da China um produto industrializado do que fabricá-lo no Brasil. Dessa forma, não há incentivo para a criação de novos empregos e empresas.

Além do peso dos tributos, a complexidade das regras é outro problema do sistema brasileiro. Uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IPBT) constatou a instabilidade das normas tributárias em vigência no Brasil. Segundo o estudo, desde o início da vigência da atual Constituição Federal, em 1988, foram editadas 46 normas tributárias por dia útil, ou 5,8 normas por hora/útil. Neste cenário, praticamente todos os tributos foram majorados.

Ainda de acordo com o IPBT, se levarmos em consideração que nem todas as empresas em funcionamento no país realizam negócios em todos os estados, estima-se que cada uma deve seguir em média 3.507 normas, compostas por 39.384 artigos, 91.764 parágrafos, 293.408 incisos e 38.596 alíneas. São gastos, em média, R\$ 45 bilhões ao ano para a manutenção de pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das alterações legislativas.

Outro dado que revela a nocividade do excesso de tributos é que no Brasil, onde há mais de 60 tributos federais, estaduais e municipais, uma empresa gasta, em média, 2.600 horas para pagar os impostos, conforme o estudo Doing Business, do Banco Mundial. Isso é muito mais do que a média de 503 horas registrada nos demais países da América Latina e do Caribe.

“Temos regras, situações e interpretações fiscais de alta complexidade e o menor desvio de atenção pode causar um enorme prejuízo aos empreendedores”, afirma o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, Gildo Freire de Araújo. “A dedicação de tempo no cumprimento das obrigações tributárias segue em total contramão da razoabilidade e do bom senso, e não estimula o investimento nem o empreendedorismo”, completa.

Uma das raízes de tamanha complexidade está no próprio federalismo fiscal. O Brasil é um país federativo, com tributos federais, estaduais e municipais. São 27 estados com 27 legislações distintas. Exemplo típico é o ICMS, diferente em cada estado. Também, cada um dos 5.760 municípios, responsáveis pela cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS), contam com sua legislação específica. O contribuinte, os bancos e as empresas têm de conhecer as regras federais, estaduais e municipais. Outro motivo é

que, desde 1988 – ano da Constituição Federal –, o Brasil passou por vários problemas econômicos, como a inflação, e precisou criar uma série de tributos estratégicos para conter a sua situação fiscal.

Para o consultor Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, todos os sistemas tributários são complexos e imperfeitos. “Por essa razão, todos demandam reformas permanentes”, diz. Tudo começa, na opinião dele, com uma Constituição que pretende cuidar, sem nenhum paralelo no resto do mundo, dos mínimos detalhes do sistema tributário e que, muitas vezes, se desqualifica ao pisar no chão habitado por parcas instruções normativas.

“O teor excessivamente analítico da matéria tributária na Constituição e a profusão de conceitos indeterminados e princípios carentes de regras aguçam as mentes dos comensais do litígio”, afirma. “Segurança jurídica, celeridade processual e estabilidade normativa são requisitos essenciais para qualquer sistema tributário”, completa.

O federalismo fiscal, segundo o consultor, é tema extremamente complexo e de alta sensibilidade política, pois envolve a partilha do poder no âmbito do Estado. “Tal evidência desautoriza qualquer pretensão de cuidar do federalismo fiscal concomitantemente com outras matérias. Sua inclusão num projeto de reforma tributária inibe qualquer outro debate”, opina.

REFORÇO NO CRESCIMENTO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende a reforma tributária. Na avaliação da CNI, é uma agenda poderosa para acelerar a retomada da atividade da economia. A reforma incentivaria os investimentos e simplificaria a atividade empresarial nos pagamentos de tributos.

“É urgente e absolutamente indispensável uma atualização do sistema tributário brasileiro para que as empresas possam enfrentar os desafios de uma competição cada vez mais acirrada nos mercados globalizados”, diz o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

Especialistas confirmam a necessidade da reforma. “O Brasil tem um amontoado de impostos que exige altos custos dos contribuintes”, avalia o economista Fernando Rezende, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre esses custos estão os gastos com pessoal e horas consumidas nos processos de apuração e recolhimento dos impostos, que acabam sendo repassados aos preços dos produtos e serviços.

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, ex-secretário executivo e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2009, destaca que o problema é agravado pelo enorme contencioso entre os fiscos federal, estaduais e municipais

Principais pontos da reforma tributária na Câmara dos Deputados

A proposta é do relator da Comissão Especial da reforma, deputado Luiz Haully

1. *Extinção de sete tributos federais: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e salário educação.*
 2. *Fim do estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do municipal Imposto sobre Serviços (ISS).*
 3. *Em troca, seriam criados outros três tributos: Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de competência estadual, Imposto Seletivo, destinado à União, e Contribuição sobre Operações e Movimentações Financeiras.*
 4. *A CSLL seria incorporada ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.*
 5. *Mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Física, que passaria a incluir, na base de cálculo, rendas isentas ou pouco tributadas.*
 6. *O Imposto Seletivo seria cobrado sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas, veículos, pneus e autopeças, eletrodomésticos, minerais e transporte.*
-

Contra a competitividade

1. *A carga tributária no Brasil representa cerca de 33% do PIB.*
 2. *Conforme o Banco Mundial, uma empresa gasta em média 2.600 horas por ano para calcular e pagar os impostos devidos.*
 3. *Pesquisa da CNI mostra que mais de 70% dos industriais reprovam o sistema tributário brasileiro.*
-

Proposta de reforma tributária do governo federal

Anunciada pelo presidente Michel Temer em março

Reforma fatiada (em etapas):

1. *1ª etapa: Reduzir as alíquotas do PIS para duas, com simplificação nas regras para compensação de tributos pagos na compra de insumos.*
 2. *2ª etapa: Reduzir a alíquota da Cofins de duas para uma.*
 3. *3ª etapa: Unificar a alíquota interestadual do ICMS para acabar com a guerra fiscal e negociar com os estados novas regras para as alíquotas estaduais.*
-

A diferença que a reforma pode fazer

Uma simplificação tributária reduziria as disputas judiciais e daria impulso à economia

1. Redução das disputas judiciais

4 trilhões de reais é o valor total dos tributos em discussão entre empresas e governos nos tribunais – estima-se que 2 trilhões de reais nunca serão recuperados.

2. Diminuição das renúncias fiscais

170 bilhões de reais foi o montante referente às renúncias fiscais – incentivos a setores e empresas – realizadas pelo governo federal em 2016, correspondente a 2,7% do PIB.

3. Aumento da geração de riqueza

1 ponto seria o crescimento adicional do produto interno bruto por dez anos com a criação de um imposto sobre o valor agregado.

e as empresas. "Além de representar custo relevante para as empresas com advogados e outras exigências, esse contencioso cria uma situação de insegurança jurídica que prejudica o investimento", explica.

Os industriais concordam. Pesquisa feita pela CNI com 2.622 empresas mostra que mais de 70% dos empresários reprovam a estrutura tributária brasileira, porque não atende aos sete requisitos indispensáveis a um sistema tributário eficiente. Esses requisitos são número de tributos, simplicidade, estabilidade de regras, direitos e garantias do contribuinte, transparência, segurança jurídica e prazos de recolhimento dos tributos.

Simplicidade, transparência e progressividade são os requisitos de um bom sistema de arrecadação de impostos, diz o economista Mansueto Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. "O sistema deve ser neutro e não fazer discriminação entre empresas e setores", completa.

O gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, destaca que além de conferir simplicidade e dar transparência ao sistema, a reforma deve desonerar as exportações e reduzir o número de regimes especiais de tributação. "O sistema tributário não pode interferir no investimento e no funcionamento da economia", defende.

RESISTÊNCIAS

Mesmo diante da sua clara necessidade, a reforma tributária enfrenta dificuldades para avançar no país. Há cerca de duas décadas, o setor privado em geral, e a indústria em especial, vem se debatendo por uma ampla reforma do sistema tributário brasileiro. Para o economista Bernard Appy, há três motivos que dificultam a aprovação das mudanças.

O primeiro deles é que há uma série de incentivos fiscais, alíquotas reduzidas e regimes especiais incrustados na legislação tributária. Os beneficiários dessas distorções resistem a mudanças que tornem o sistema mais simples e neutro.

Segundo, há interesses federativos em jogo. Estados e municípios não aceitam perder receitas com mudanças que afetem o ICMS ou ISS. Além disso, alguns estados relutam em perder a possibilidade de conceder incentivos fiscais, como instrumento de desenvolvimento regional. A solução desse problema requer a compensação de "perdedores" e a implementação de uma política fiscal efetiva.

E o terceiro são benefícios difusos e perdas localizadas. "Todos ganham com a reforma, seja com a redução de custos, organização mais eficiente e o crescimento da economia, mas é difícil quantificar esses benefícios no momento em que as mudanças estão sendo feitas. No entanto, os que perdem sabem muito bem o que estão perdendo e se organizam para evitar as mudanças", explica o economista.

O federalismo fiscal é tema extremamente complexo e de alta sensibilidade política, pois envolve a partilha do poder no âmbito do Estado. Tal evidência desautoriza qualquer pretensão de cuidar do federalismo fiscal concomitantemente com outras matérias. Sua inclusão num projeto de reforma tributária inibe qualquer outro debate.



■ ALÉM DO PESO DOS TRIBUTOS, A COMPLEXIDADE DAS REGRAS É OUTRO PROBLEMA DO SISTEMA BRASILEIRO

AVANÇOS POSSÍVEIS

A CNI entende que o Brasil não pode esperar por uma reforma ampla para corrigir algumas distorções no sistema tributário. "O tempo político da reforma é diferente do tempo do mundo competitivo", argumenta a CNI. "Enquanto uma ampla reforma no sistema tributário não for viabilizada, é necessária a realização gradual de correções, de forma a reduzir os efeitos negativos sobre o crescimento da economia."

Essas correções devem estar alinhadas e serem compatíveis com o desenho do novo sistema em uma visão de longo prazo. Seguindo esses princípios, a CNI sugere que os ajustes imediatos no sistema tributário busquem o fim da cumulatividade, a simplificação e a desburocratização dos impostos, e a reforma do ICMS.

Outra proposta da CNI que pode ser feita no curto prazo é a ampliação dos prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins de modo a adequá-los ao efetivo prazo de recebimento das vendas pelas empresas. Isso melhora o fluxo de caixa e reduziria os custos financeiros.

MENOS IMPOSTOS

Em 2015, foi criada na Câmara dos Deputados uma nova comissão especial para propor mudanças no sistema tributário. Nas audiências públicas da comissão, ficou demonstrado compromisso com a simplificação tributária e a desoneração de investimentos. Os trabalhos, porém, ocorreram lentamente e chegaram a passar seis meses suspensos até o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB - PR) assumir a relatoria da comissão, em outubro de 2016.

O deputado apresentou em fevereiro de 2017 os pontos principais de sua proposta de reforma que contemplam a diminuição de tributos e o fim da guerra fiscal. Para isso, Hauly pretende extinguir o ICMS e outros tributos, como ISS, IPI, Pis e Cofins. Todos eles seriam substituídos por dois impostos, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e outro, que o relator chama de seletivo, que incidiria sobre determinados produtos.

"Somente uma reforma consistente, simplificadora e usando alta tecnologia para que as empresas possam voltar a gerar os empregos perdidos e a ter competitividade. Eu acredito que o governo está com o olho no caixa agora, mas mirando o futuro", afirma o parlamentar. "O objetivo é poder gerar confiança e segurança jurídica para os estados, municípios, União, empresários e trabalhadores", completa.

O governo federal, por sua vez, anunciou, em março, que a reforma tributária será fatiada e realizada por meio de medidas provisórias que serão enviadas à Câmara dos Deputados. A proposta do presidente Michel Temer prevê o envio, ainda no primeiro semestre, de iniciativa que altera as regras da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) com a redução do número de alíquotas. Na sequência, será encaminhada mudança na legislação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Com as medidas provisórias, a intenção é acelerar a entrada em vigor e simplificar as regras dos dois tributos, mas sem alterar a carga tributária, para preservar ao máximo a arrecadação. Por fim, o governo tentaria unificar o ICMS para acabar com a guerra fiscal entre estados. A expectativa é que as mudanças no ICMS saíam até o fim do ano. ■



Reforma tributária e produtividade

POR BERNARD APPY

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL. FOI SECRETÁRIO EXECUTIVO E SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

Embora a reforma tributária apareça sempre entre as prioridades da agenda de reformas do Brasil, a verdade é que poucos entendem porque ela é tão importante. A melhor forma de avaliar a importância da reforma tributária é entendendo as distorções do atual modelo de tributação do Brasil. Tal enfoque permite dimensionar os ganhos que o país teria caso fosse implementada uma boa reforma tributária, que corrigisse essas distorções.

Antes de tratar das distorções do sistema tributário brasileiro, contudo, vale a pena retomar as características desejáveis de um bom sistema tributário, as quais estão consolidadas na literatura: a) simplicidade no cumprimento de obrigações tributárias, pelos contribuintes; b) neutralidade, no sentido de que a tributação não deve distorcer os preços e prejudicar a organização eficiente da produção; c) transparência, para que os consumidores saibam o quanto pagam de impostos e possam cobrar um retorno adequado por parte dos gestores públicos; e d) equida-

de horizontal (tributação isonômica de situações equivalentes) e vertical (maior tributação de pessoas com maior capacidade contributiva).

O sistema tributário brasileiro não tem nenhuma destas características: não é simples, neutro, transparente e tampouco isonômico. Uma das consequências dessas deficiências é uma grande redução da produtividade e, portanto, do produto e da renda dos brasileiros, como se explica a seguir.

Há várias formas pelas quais a atual estrutura tributária do Brasil prejudica a produtividade. Algumas são mais evidentes. Uma delas é o elevado custo burocrático para as empresas (com funcionários, contadores, sistemas) na apuração e recolhimento de impostos. Segundo o Banco Mundial, o Brasil é o campeão mundial em horas despendidas por uma empresa de porte médio no cumprimento das obrigações tributárias. Trata-se do resultado não apenas da grande complexidade do sistema tributário brasileiro, mas tam-

bém da elevada autonomia federativa em matérias tributárias (e da limitada coordenação entre os entes federados) – especialmente no caso do ICMS.

Outro problema bastante claro é o elevado grau de litigiosidade em matérias tributárias, que além de representar elevado custo para as empresas (com advogados etc.) gera uma situação de insegurança jurídica que é altamente prejudicial aos investimentos. Trata-se, mais uma vez, da consequência da grande complexidade das normas tributárias brasileiras, exacerbada pela excessiva constitucionalização de matérias tributárias, a qual cria espaço para todo tipo de questionamento das normas infraconstitucionais.

Nesses dois casos, o efeito sobre a produtividade é claro. O trabalho e os recursos alocados de forma improdutivo no cumprimento de obrigações tributárias e no contencioso tributário poderiam ser alocados de forma produtiva, ampliando a produção de bens e serviços. Adicionalmente, a insegurança jurídica resultante do elevado grau de litígio tributário reduz o nível de investimento e, portanto, o potencial de crescimento do país.

Mas o principal impacto do sistema tributário sobre a produtividade é de outra natureza. Ele resulta essencialmente das distorções na forma de organização da produção provocadas pela estrutura tributária. Tais distorções podem ser setoriais, geográficas, relacionadas ao porte das empresas ou relativas à verticalização artificial da estrutura produtiva.

"O sistema tributário brasileiro não tem nenhuma destas características: não é simples, neutro, transparente e tampouco isonômico. Uma das consequências dessas deficiências é uma grande redução da produtividade e, portanto, do produto e da renda dos brasileiros."

Mas como o sistema tributário prejudica a organização eficiente da produção? Na ausência de tributação, as empresas buscam minimizar a quantidade de trabalho e o montante de capital (físico e financeiro) alocados na produção de uma determinada quantidade de bens e serviços. Quando existe uma tributação distorciva, no entanto, o que as empresas buscam minimizar é o custo total da produção (incluindo o custo tributário), o que pode levar a uma alocação ineficiente de trabalho e capital e a um menor volume de produção.

Este ponto fica claro por meio de um exemplo. No Brasil, o valor adicionado em uma obra de construção civil é tributado pelo PIS/Cofins cumulativo (à alíquota de 3,65%) e pelo ISS (à alíquota máxima de 5%), resultando em uma alíquota total máxima de 8,65%. Já o valor adicionado em uma indústria na produção de estruturas pré-fabricadas a serem utilizadas em obras de construção é tributado pelo PIS/Cofins não cumulativo (à alíquota de 9,25%) e pelo ICMS (cuja alíquota no Esta-

do de São Paulo para estruturas metálicas é de 12%), resultando em uma alíquota agregada de 21,25%, que pode ser maior caso haja incidência de IPI.

Tal distorção leva a que exista um forte incentivo à agregação de valor no canteiro de obra (construções em concreto armado) em detrimento da agregação de valor na indústria (construção com estruturas pré-fabricadas). Este é um típico caso em que distorções tributárias podem afetar a produtividade, pois ainda que a construção com estruturas pré-fabricadas fosse dez por cento mais eficiente que a construção com concreto armado (ou seja, se com a mesma quantidade de trabalho e capital alocados no canteiro de obras para a produção de dez prédios fosse possível produzir onze prédios utilizando estruturas pré-fabricadas), ainda assim as empresas optariam pelo concreto armado, pois o custo total (incluindo o custo tributário) seria menor.

Tal tipo de distorção, que afeta a organização da produção, decorre da falta

de neutralidade do sistema tributário brasileiro e se reproduz em uma série de outras situações. Este é o caso, por exemplo, da incidência cumulativa de tributos sobre bens e serviços, a qual ocorre quando há a incidência de tributos em uma etapa intermediária do processo de produção e comercialização sem que estes tributos sejam recuperados na etapa seguinte. Isso ocorre no caso do ISS, que é um tributo puramente cumulativo. Mas ocorre também quando há um sistema ineficaz de recuperação de créditos de tributos não cumulativos, como acontece com o PIS/Cofins não cumulativo e com o ICMS.

As consequências da cumulatividade são de diversas ordens. Uma destas é a perda de competitividade da produção brasileira – seja nas exportações, seja na competição com importados no mercado doméstico. Outra consequência é a indução a que as empresas verticalizem a produção – ou seja, que produzam internamente bens e serviços que poderiam ser contratados de terceiros –, mesmo que a produção

"Embora as resistências à mudança sejam compreensíveis, é importante que se entenda que não se trata de uma mera redistribuição de receita entre setores e entre estados, mas sim de uma melhora significativa do sistema tributário brasileiro, a qual resultaria em um aumento expressivo da produtividade e do PIB potencial."

por terceiros seja mais eficiente. Trata-se de mais um caso em que distorções no sistema tributário podem levar a economia a se organizar de forma ineficiente, reduzindo a produtividade.

Por fim, outra situação em que as distorções do sistema tributário afetam a produtividade é a guerra fiscal do ICMS. Embora a concessão de benefícios de ICMS seja vista em muitos casos como um instrumento de desenvolvimento regional, o fato é que a guerra fiscal se generalizou e hoje todos os estados brasileiros, inclusive os mais ricos, concedem benefícios.

A guerra fiscal tem duas consequências sobre a produtividade. A primeira, mais evidente, é que, por serem concedidos sem aprovação do CONFAZ – e por haver o risco de declaração de sua inconstitucionalidade pelo STF –, os benefícios geram uma situação de insegurança jurídica para as empresas, o que afeta o nível de investimento.

A segunda consequência é menos clara e decorre do fato de que usualmente os estados tendem a conceder incentivos para atrair empresas que, por vocação (ou

seja, com base em fatores de eficiência econômica) se instalariam em outros estados. Isto leva a uma alocação geográfica ineficiente da estrutura produtiva brasileira. Em muitos casos por conta de incentivos da guerra fiscal, a empresa que, por vocação, se instalaria no Estado A acaba se instalando no Estado B, enquanto que a empresa que se instalaria no Estado B acaba se instalando no Estado A. Em particular, os benefícios da guerra fiscal têm provocado uma grande distorção na estrutura de distribuição das empresas produtoras ou comercializadoras de bens de consumo do país. De fato, há hoje um grande número de caminhões circulando de forma desnecessária pelas estradas brasileiras, em decorrência das distorções provocadas pela guerra fiscal.

Isso não significa que não deva haver uma política de desenvolvimento regional voltada ao desenvolvimento de atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas, mas apenas que a guerra fiscal do ICMS não é uma forma eficiente de alcançar este objetivo, por vários motivos. Em primeiro lugar porque a guerra fiscal se generalizou e, hoje, é praticada por todos os estados, inclusive os mais ricos. Em segundo lugar porque uma boa polí-

tica de desenvolvimento regional busca explorar as vocações locais, o que, na maioria dos casos, não ocorre na guerra fiscal. Em terceiro lugar porque muitos dos incentivos da guerra fiscal são voltados a empresas intensivas em capital, que geram poucos empregos.

A maioria das distorções do sistema tributário que prejudicam a produtividade da economia brasileira poderia ser corrigida caso o modelo de tributação de bens e serviços no Brasil migrasse para o padrão do imposto não cumulativo sobre o valor agregado (IVA), que é utilizado pela maioria dos países do mundo.

As características de um bom IVA estão bem estabelecidas na literatura, e contemplam: a) a incidência sobre uma base ampla de bens e serviços; b) a garantia de crédito para todos os bens e serviços utilizados na atividade produtiva (crédito financeiro); c) a desoneração completa das exportações e dos investimentos; d) alíquota única (ou, se isso for inviável, poucas alíquotas) e e) a cobrança no destino. Um imposto com essas características é, efetivamente, um imposto sobre o consumo, ainda que cobrado ao longo da cadeia de produção e comercialização.

Um bom IVA é um imposto simples, na medida em que todas as vendas das empresas são tributadas e todas as compras geram créditos e não há ajustes a fazer na apuração. É neutro, pois o valor do imposto incidente sobre a cadeia de produção e comercialização é o mesmo, qualquer que seja a forma de organização da produção. E também é transparente, pois o imposto incidente na venda final ao consumidor corresponde exatamente ao que foi recolhido ao longo da cadeia.

Já faz muitos anos que os especialistas em tributação defendem uma reforma que aproxime os tributos brasileiros sobre bens e serviços do padrão de um bom IVA. Esta mudança tem sido dificultada, contudo, pela resistência dos estados e municípios à mudança na distribuição federativa da receita que resultaria a reforma do sistema tributário e à perda da capacidade de concessão de benefícios fiscais. A reforma também tem sido dificultada pela atuação de empresas e setores que reagem à mudança de preços relativos e à perda de benefícios fiscais (não apenas no âmbito do ICMS).

O Centro de Cidadania Fiscal, organização na qual trabalho, desenvolveu uma pro-

posta de reforma do modelo brasileiro de tributação de bens e serviços que busca minimizar estas resistências por meio de uma transição longa e progressiva do modelo atual para um novo modelo de tributação, mantendo-se a carga tributária constante. Para os contribuintes, esta transição se daria em dez anos, período ao final do qual seriam extintos o ICMS, o ISS, o PIS/Cofins e o IPI, que seriam substituídos por um único imposto do tipo IVA. Para a distribuição federativa da receita, a transição seria ainda mais longa, durando 40 anos. Idealmente esta mudança seria complementada por um reforço da política nacional de desenvolvimento regional, que criasse instrumentos eficazes de desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas do país.

Embora as resistências à mudança sejam compreensíveis, é importante que se entenda que não se trata de uma mera redistribuição de receita entre setores e entre estados, mas sim de uma melhora significativa do sistema tributário brasileiro, a qual resultaria em um aumento expressivo da produtividade e do PIB potencial. Ainda que um cálculo preciso desse impacto não seja possível, não parece exagerado afirmar que a mu-

dança poderia elevar o PIB potencial do Brasil em 10% ou mais, ao longo de um período entre dez e vinte anos. Ainda que de um ponto de vista estático possa haver ganhadores e perdedores, de uma perspectiva dinâmica trata-se de um jogo de soma positiva, em que todos ganham com o maior crescimento. ■

Por que o Brasil precisa das reformas?



Elisa Maria Gradvolh Bezerra

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FRIO E PESCA NO ESTADO DO CEARÁ (SINDFRIO)

“Eu sou a favor das mudanças e com relação às reformas, destaco a trabalhista, por permitir a flexibilização do contrato de trabalho que trará ganho para todos.”



Raul Fontenelle

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDGRÁFICA)

“As reformas da previdência, trabalhista e tributária no setor industrial são de suma importância, sem elas, a economia pode entrar em colapso. É, é claro, um tema que precisa ser debatido, mas será bom para o país e para o mercado em si, trazendo maior estabilidade para o governo. A terceirização trará um benefício muito grande no poder de competitividade. Se todas as reformas forem realizadas, será um ganho enorme para a indústria.”



Henrique Girão Prata

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDLACTICÍNIO)

“As reformas vão modernizar o país, trazendo mais competitividade e benefício a todos. Um medo que se tem é que o trabalhador terá perdas, mas não vejo assim. Qualquer trabalhador que se dedique é visto com respeito, há uma valorização de mão de obra qualificada. Não vejo as reformas como algo que trará malefícios aos profissionais.”



Jocely Dantas de Andrade Filho

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO CEARÁ (SINDCAFÉ)

“É inevitável. As reformas têm que ser feitas. Tem que ser discutido no Congresso Nacional, que é a representatividade do povo. Precisa haver uma ação contra as altas taxas de juros, e precisa haver também uma simplificação nas relações de trabalho. Porém, acredito que a reforma política é a mais importante, a base de tudo. Temos partidos muito frágeis e só a partir de uma reforma política bem-feita vamos ter uma democracia forte.”



Daniel Mota Gutiérrez

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS
E BISCOITO NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIMASSAS)

“As reformas são fundamentais para que possamos superar mais rapidamente esse momento de crise econômica, financeiro e moral. Há muitos anos nós clamamos por uma reforma política. Nós estamos vivendo um momento anacrônico e por isso essas reformas são necessárias ao desenvolvimento do País.”



Roberto Romero Ramos

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL, PAPE-
LÃO, CELULOSE E EMBALAGENS EM GERAL NO
ESTADO DO CEARÁ (SINDIEMBALAGENS)

“Eu acho que as reformas precisam acontecer. O mundo mudou, nos encontramos cheios de mudanças e inovações. A relação empregado-empregador mudou, existe mais diálogo, e a reforma está aí para flexibilizar, evitar amarras, sem, no entanto, retirar direitos. Precisamos também de um maior controle da questão fiscal, para colocarmos ‘o trem no trilho’, para a indústria voltar a funcionar”



André de Freitas Siqueira

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E RAÇÕES
BALANCEADAS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIALIMENTOS)

“O governo do presidente Temer tem-se destacado por buscar devolver ao país o equilíbrio fiscal, condição perdida nos últimos anos, conseguindo aprovar em março a PEC que limitou os gastos públicos por duas décadas, dentre outras medidas econômicas que já resultam em controle da inflação e a queda dos juros. As demais reformas em andamento, como a previdenciária e a trabalhista, vistas também como medidas amargas, são absolutamente necessárias para proporcionar a longo prazo as condições de crescimento sustentável do país. Portanto, as medidas serão benéficas para todos, visto que inflação controlada, juros menores, redução do déficit fiscal e segurança jurídica para as relações de trabalho formam a ambiência ideal para a retomada do crescimento econômico que almejamos.”



Geraldo Bastos Osterno Júnior

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO
NO ESTADO DO CEARÁ (SINDMÓVEIS)

“As reformas são fantásticas e necessárias. Quanto mais rápido serem votadas, melhor.”

Reforma política

Entre tantas reformas institucionais necessárias ao Brasil, a que engloba um conjunto de ações para melhorar o sistema eleitoral é uma das mais relevantes. Historicamente, observam-se esforços nessa direção, buscando um maior atendimento às verdadeiras expectativas do eleitor. Curioso é que, apesar de ser tão desejada, a reforma não avança no Parlamento.

A reforma política é uma discussão que não avança, mas sempre volta à tona. Na opinião do cientista político Valmir Lopes, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), isso ocorre porque existe a ideia de que o sistema político brasileiro está caduco, como se não desse mais conta das demandas da sociedade. Existe ainda o diagnóstico da falta de governabilidade, já que, para formar a base de aliados e aprovar seus projetos, o Executivo precisa negociar com partidos.

Ele aponta ainda a crença de que a reforma evitaria a contaminação do poder econômico no processo eleitoral e de que, hoje, existe carência de representatividade. No entanto, mesmo reconhecendo algumas distorções que existem no sistema político, ele discorda da necessidade de reforma política. “Esse assunto sempre vem à tona quando o governo não sabe o que fazer, diante de distúrbio, crise política. Daí, ele puxa a reforma da gaveta como solução”, opina.





O Brasil tem atualmente 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todos recebem mensalmente recursos públicos para funcionamento e têm direito ao tempo gratuito no rádio e TV para exibirem propagandas partidárias, independentemente da quantidade de votos obtidos dos eleitores.

A Agenda Legislativa da Indústria 2017, documento que espelha os anseios do setor produtivo brasileiro sobre os principais temas em debate no Congresso Nacional, elenca a reforma política como uma das prioridades para o ano. De acordo com a publicação, a reforma política deve ter como princípios o fortalecimento das instituições democráticas, o exercício da cidadania e a legitimidade dos mandatos conquistados pelo voto. No entendimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da reforma do sistema de representação depende a estabilidade política, fundamental para um bom ambiente de negócios, que reduza riscos e incentive o investimento.

O Senado Federal aprovou no ano passado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera diversos pontos na legislação político-partidária. Numerada como PEC 282/2016, o texto está agora em discussão na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A proposta veda as coligações entre partidos nas eleições para deputado e vereador a partir de 2020, estabelece cláusula de barreira e prevê alterações no quesito filiação partidária, entre outras medidas.

O objetivo é diminuir o número de legendas e o seu texto determina que as coligações partidárias nas eleições para vereador e deputado (estadual, federal e distrital) serão extintas a partir das eleições de 2020. O Brasil tem atualmente 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todos recebem mensalmente recursos públicos para funcionamento e têm direito ao tempo gratuito no rádio e TV para exibirem propagandas partidárias, independentemente da quantidade de votos obtidos dos eleitores.

Pelo texto, nas eleições de 2018, apenas os partidos que obtiverem 2% dos votos válidos em pelo menos 14 estados, com no mínimo 2% de votos válidos em cada um deles, terão direito ao funcionamento parlamentar. Isso significa que só essas legendas terão acesso a recursos do fundo partidário, ao tempo gratuito no rádio e na televisão e direito a funcionar como bancada, usando a estrutura própria e funcional nas casas legislativas. A partir de 2022, essa cláusula de desempenho subiria para 3% dos votos válidos.

A cláusula de barreira para funcionamento de partidos surgiu na Alemanha no período pós-guerra e hoje vigora em cerca de 40 países, como Dinamarca, França, Espanha, México e Argentina.

A outra frente de trabalho na Câmara é a Comissão Especial da Reforma Política que analisa outras mudanças no sistema eleitoral como a lista fechada para a eleição de parlamentares, criação de um fundo eleitoral com recursos públicos, unificação dos prazos de desincompatibilização e o fim da reeleição para cargos do Executivo.

“Naturalmente, a reforma política é complexa e, para que ela seja mais ampla, é necessário analisar corretamente os impactos de cada ação sugerida sobre o sistema político e eleitoral, e os efeitos que isso terá, em especial, na forma de se fazer negócios no Brasil”, afirma o economista do Núcleo de Economia e Estratégia da FIEC, Carlos Manso.

Na opinião do deputado federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), entre as mudanças necessárias para a retomada da credibilidade do país, a reforma política deve

ser prioritária. Dentre as propostas da PEC 282/2016, ele destaca como importantes a necessidade da fidelidade partidária, o fim das coligações proporcionais, a cláusula de desempenho e a federação de partidos. “Entretanto, o estabelecimento de federações desfigura a essência do fortalecimento partidário, visto que possuímos 36 partidos constituídos e que, com a união de siglas em federação, ficaria descaracterizada a linha programática. Continuará, portanto, prevalecendo a sigla de aluguel”, pondera.

Para a CNI, a reforma política deve caminhar no sentido de fortalecer as instituições democráticas e reforçar a importância do exercício da cidadania e a legitimidade dos mandatos conquistados pelo voto. Mudanças nesse âmbito têm impacto indireto, mas absolutamente significativo para a indústria nacional. Trata-se, em última instância, de alterações nos critérios de escolha e de exercício do mandato daqueles que definem e executam políticas públicas em áreas cruciais para a atividade produtiva, tais como: relações de trabalho; tributação; financiamento; questões ambientais; infraestrutura e inovação.

Na avaliação da CNI, a PEC 282/2016 introduz várias alterações na legislação, visando a dar solução a mecanismos que desvirtuam o processo eleitoral. A proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais e instituição de cláusula de desempenho para funcionamento parlamentar são, na visão da indústria, medidas relevantes visto que visam reduzir a alta fragmentação partidária no Brasil, que prejudica a governabilidade e a interação da sociedade civil com os partidos.

Para Raimundo Gomes de Matos, com a crise instalada no país, não se pode perder a oportunidade de fazer uma legislação consistente e duradoura, visando ao reestabelecimento da classe política, como também das instituições. A crise atual deve-se, em parte, às constantes alterações e instabilidades da lei eleitoral, avalia o parlamentar.

“Um dos itens mais importantes é a definição do modelo de financiamento da constituição do fundo partidário e da fonte de financiamento das campanhas. Não há, ainda, um consenso do formato a ser adotado. A expectativa da sociedade, porém, é de que o Congresso Nacional estabeleça regras que combatam o financiamento ilícito e afaste o abuso de poder econômico”, ressalta. ■

Por que o Brasil precisa das reformas?



Carlos Rubens Araújo

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DO CEARÁ (SIMAGRAN)

“O país necessita avançar e as reformas são parte deste contexto. As que estão em pauta são importantes, mas pouco determinantes para alavancar o Brasil e o setor industrial. Acredito que necessitamos refundar o Estado Brasileiro e seria o momento de pensarmos em uma nova constituição. A sociedade quer estabilidade, e com transparência, os avanços poderiam ser enormes.”

Na previdência está difícil evoluir e poderemos perder uma grande oportunidade, por falta de esclarecimentos sobre as contas da previdência propriamente dita e da seguridade social. Na parte trabalhista, acredito que os avanços possam ser maiores, pois as organizações dos trabalhadores sabem que as empresas estão sufocadas pelos encargos e há também uma expertise em negociação. Certamente, muito poderemos avançar, pois o emprego é o principal.”



José Sampaio de Souza Filho

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICA E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO CEARÁ (SIMEC)

“Ao assumir a presidência da República em maio do ano passado, Michel Temer assumiu compromisso de reverter a grave recessão econômica optando por ajustes estruturantes com medidas enérgicas e amargas, como a PEC do teto de gastos públicos. Alguns resultados já surgiram como a queda da inflação e a consequente queda na taxa de juros.”

Reformas da previdência e trabalhista, propostas por Temer, são impopulares, porém cruciais para permitir a volta do crescimento ao País e garantir a sustentabilidade do sistema de proteção ao trabalhador e as aposentadorias. Os resultados positivos das reformas, portanto, só serão sentidos pela população no médio prazo. E são essas reformas necessárias que irão possibilitar a volta da confiança dos investidores e permitir que possamos colher bons resultados econômicos a médio e longo prazos, favorecendo todos os setores, incluindo a indústria que tem perdido muito nos últimos anos.”



Ângelo Márcio Nunes de Oliveira

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DO CEARÁ (SINDPAN)

“As reformas estão vindo em momento bem propício porque o Brasil tem uma legislação ultrapassada. Elas vêm para atualizar e adequar o país à nova realidade que ele vive. A reforma trabalhista deve gerar mais empregos e diminuir certas dificuldades na parte financeira e na situação econômica e burocrática que o país vive. Elas vêm para simplificar e são necessárias.”



Marcos Antônio Ferreira Soares

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS FARMACÊUTICAS E DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DO CEARÁ (SINDQUÍMICA)

“Acredito que no momento é importante que sejam feitas as reformas que estão colocadas em pauta. Há muito tempo não acontece uma reforma na previdência e na legislação trabalhista. Todo empresário quando vai contratar encontra problemas. Empresas de base tecnológica como as do SINDQUÍMICA não conseguem investir por causa da burocracia. À medida que a reforma for feita, as indústrias serão favorecidas.”



Marcos Veríssimo de Oliveira

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE RECAUCHUTAGEM E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REFORMA DE PNEUS E SIMILARES NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIPNEUS)

“As reformas são fundamentais para o Brasil entrar na reestruturação financeira e dar início ao processo de crescimento. A reforma trabalhista abrirá mais vagas, principalmente para os mais jovens, que construirão esse novo Brasil. A previdência está causando déficit financeiro na economia nacional, deixando o país sem dinheiro para novos investimentos. É preciso agir rapidamente para que o setor produtivo não seja mais afetado.”



Vanildo Lima Marcelo

SINDICATO DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ (SIFAVEC)

“Eu só vejo as reformas com bons olhos, parabéns muito o Governo pela iniciativa. As questões trabalhistas e sindicais atualmente travam as empresas, as leis e os impostos prejudicam a indústria na exportação. As reformas trarão mais empregos, tornará as relações de trabalho mais flexíveis. Ninguém vai perder, apenas ganhar.”

Principais pontos da reforma política (PEC 282/2016)

1. *Coligações nas eleições proporcionais – serão vedadas a partir de 2022.*
 2. *Cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos – a partir de 2022, somente terão direito a funcionamento parlamentar os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, 14 unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma destas. Nas eleições de 2018, essa cláusula de desempenho seria de 2% dos votos válidos.*
 3. *Fundo partidário – somente os partidos políticos com funcionamento parlamentar terão direito à participação na distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.*
 4. *Federação Partidária – os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que terão os mesmos direitos dos partidos nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que a compõem. Após aprovada, pela maioria absoluta dos integrantes das convenções nacionais dos partidos que a integram, as federações serão reproduzidas no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e terão vigência até a véspera da data inicial das convenções para as eleições federais subsequentes.*
 5. *Fidelidade partidária – prevê a perda de mandato dos políticos eleitos que se desliguem dos partidos pelos quais foram eleitos. A medida estende-se ainda aos vices e suplentes dos titulares eleitos que decidam trocar de partido e deve ser aplicada a partir das eleições do ano de promulgação da Emenda Constitucional.*
-



▶ SENAI CEARÁ

NOSSO NEGÓCIO É
TRANSFORMAR.

Profissionais capacitados e iniciativas inovadoras são a base para uma indústria desenvolvida, sustentável e competitiva. É por isso que o SENAI investe em soluções nas áreas de Educação, Tecnologia e Inovação. Assim, possibilita que as empresas alcancem os melhores resultados para os seus maiores desafios.

**Transformador para as indústrias,
estratégico para a economia
cearense.**



(85) 4009.6300 www.senai-ce.org.br /senai Ceara



Por que o Brasil precisa das reformas?



Roberto Macêdo

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO NOS ESTADOS DO PARÁ, PARAÍBA, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE (SINDTRIGO)

“Acredito que a reforma trabalhista deixará a relação patrão e empregado mais leve, ágil, menos engessada e burocrática. A negociação será dinâmica e direta sem depender da Justiça que está bem atarefada. Com relação à reforma da previdência, é necessária tendo em vista que o rombo nas contas é antigo. Mas observo que é importante a isonomia das regras do tempo de contribuição e aposentadoria para os trabalhadores comuns da iniciativa privada e servidores públicos. Precisa equilibrar e fazer esse ajuste. A reforma tributária ainda está na gestação e ainda não mostrou a cara e a reforma política foi a que menos avançou na minha opinião.”



Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS NO ESTADO DO CEARÁ (SINDIVERDE)

“Eu acredito que as indústrias são penalizadas com a CLT atual. Só existem benefícios para empregados. A negociação entre patrão e empregado vai ser importante, bom para ambas as partes. Falam sobre o enfraquecimento dos sindicatos, mas não vejo dessa forma. De maneira democrática, resolveremos os problemas das empresas, trazendo ganhos para todos.”



Anna Gabriela Holanda de Moraes

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE CRATO (SINDCALC)

“A reforma da Previdência se faz necessária para equilibrar os gastos públicos. Penso que as regras devem ser justas para todos. A recuperação é lenta e o país precisa avançar em outros aspectos para declararmos que o pior já passou.”



Gilceu Luiz Ribeiro

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS, CINTOS, LUVAS E MATERIAL DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO DE SOBRAL (SINDICAL)

“Vejo as reformas como extremamente necessárias para um país mais competitivo, mais sustentável e com menos gastos. Sou otimista em relação a isso. Nossa legislação é antiga e não condiz com a expectativa de vida atual. Precisamos de reformas que se adaptem à nossa realidade, que tragam flexibilidade de negociação, porque é disso que precisamos. Assim, o estado pode equilibrar suas contas e investir realmente naquilo que é sua função, em educação, segurança e saúde.”



Pedro Alfredo Silva Neto

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SINDMEST)

“O nosso país está se modernizando. Nós poderíamos substituir o nome reforma por modernização. O setor produtivo precisa se modernizar e se equiparar a países desenvolvidos. Precisamos estar no mesmo nível de outros países para nos tornarmos mais competitivos. Temos que nos modernizar sempre para não ficarmos parados no tempo.”



Miriam Silva Pereira

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SORVETES DO ESTADO DO CEARÁ (SINDSORVETES)

“Sou a favor de todas as reformas e elas são as únicas coisas em que eu realmente acredito que aconteçam para melhoria do nosso país.”



Benildo Aguiar

SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DO SETOR ELÉTRICO DO ESTADO DO CEARÁ (SINDIENERGIA/CE)

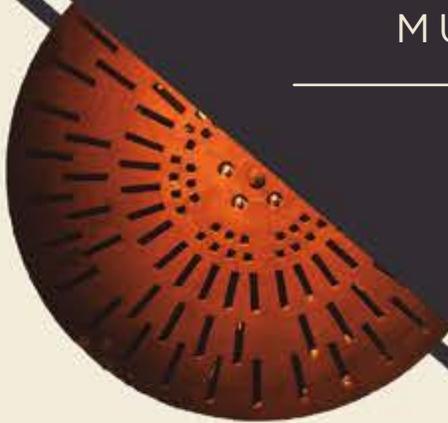
“O ponto mais importante quanto às reformas é a questão da modernização das leis, necessária, já que nossas leis são muito antigas e engessadas. A reforma trabalhista vai possibilitar que as empresas trabalhem mais tranquilas, sem se preocupar com tantas causas trabalhistas. Além disso, haverá flexibilização regulamentada, que é boa para patrão e empregado. Haverá uma sustentabilidade maior para a empresa, sem tirar direitos do trabalhador e gerando mais empregos.”



MUSEU DA **INDÚSTRIA**

PASSADO E
PRESENTE
NO MESMO
LUGAR.

ESPAÇOS DO MUSEU



O Museu da Indústria registra a história da industrialização do Ceará em um prédio tombado como patrimônio histórico, situado no mais importante corredor histórico do Centro de Fortaleza.

Faça uma visita à história da nossa indústria e aproveite para construir conosco o presente da sua empresa. Temos diversos espaços disponíveis para eventos corporativos.



Salão Ciclo do Gado



Salão Oitica



Salão Ciclo do Algodão

AGENDE
UMA VISITA
MONITORADA



OU **SOLICITE**
ORÇAMENTO DE
LOCAÇÃO:

(85) **4009.6300**



M | MUSEU DA
INDÚSTRIA



(85) 4009.6300 www.sesi-ce.org.br /sesiceara



SINDICATOS FILIADOS À FIEC

SINDICAJU - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR E DE DOCES E CONSERVAS ALIMENTÍCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Francisco Assis Neto
Endereço: Avenida Barão de Studart, 2360 - Sala 404 - Torre Quixadá - 60120-002
Fortaleza - Ceará
Telefones: (85) 3246.7062 - Fax: 3246.0497
E-mail: sindicaju@sindicaju.org.br

SINDBEBIDAS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ÁGUAS, CERVEJAS E BEBIDAS EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Cláudio Sidrim Targino
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3268.1027 / 3421.5400
Ramal: 1005

SINDROUPAS - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ALFAIATARIA E DE CONFEÇÃO DE ROUPAS DE HOMEM DE FORTALEZA

Presidente: Fernando Sampaio Trajano
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5474 - Fax: 3264.0738
E-mail: sindroupas@sfipec.org.br

SINDMINERAIS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS E DE DIAMANTES E PEDRAS PRECIOSAS, DE AREIAS, BARREIRAS E CALCÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcelo Vieira Quinderé
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3421.5462 / 3261.6589
E-mail: sindminerais@sfipec.org.br

SINDCERÂMICA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CAL E GESSO, OLARIA, LADRILHOS HIDRÁULICOS E PRODUTOS DE CIMENTO E CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO, DA CERÂMICA, DE LOUÇAS DE PÓ DE PEDRA, DA PORCELANA, DA LOUÇA DE BARRO, DE VIDROS E CRISTAIS OCOS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcelo Guimarães Tavares
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3261.6589 / 3421.5462
E-mail: sindceramica-ce@sfipec.org.br

SINDSERRARIAS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS DE FORTALEZA

Presidente: José Agostinho Carneiro de Alcântara
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5468
E-mail: sindserrarias@sfipec.org.br

SINDREDES - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE REDES NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Aluisio da Silva Ramalho
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3466.5462
E-mail: sindredes@sfipec.org.br

SINDIÓLEO - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS E ANIMAIS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Sérgio Brito de Castro Figueira
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1016
E-mail: sindoleos@sfipec.org.br

SINDCALF - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE FORTALEZA

Presidente: Jaime Bellicanta
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3261.2050 / 3421.5463
E-mail: sindcalf@sfipec.org.br

SINDCONFEÇÕES - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONFEÇÃO DE ROUPAS E CHAPÉUS DE SENHORA NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcus Venicius Rocha Silva
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3421.5457 / 3261.1995
E-mail: sindconf@sfipec.org.br

SINDUSCON/CE - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO CEARÁ

Presidente: André Montenegro de Holanda
Endereço: Rua Tomaz Acioly, 840 - 8º andar - Aldeota - Fortaleza-Ce - CEP: 60135-180
Telefone: (85) 3456.4050
E-mail: sinduscon@sinduscon.com.br

SINDCOUROS - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DE COURO E PELES DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcia Oliveira Pinheiro
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3421.1017 / 3264.3541 / 3307.4177
E-mail: sindicouros@sfipec.org.br

SINDIALGODÃO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS E DO DESCAROCAMENTO DO ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Airton Carneiro
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3421.1016 / 3224.6790
E-mail: sindalgodao@sfipec.org.br

SINDBRITA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE ROCHAS PARA BRITAGEM NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Abdias Veras Neto
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5462
E-mail: sindbrita-ce@sfipec.org.br

SINDSAL - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO DO SAL NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: José Agostinho C. de Alcântara
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5468

SINDITÊXTIL - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Kelly Whitehurst
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5456
E-mail: sinditextil@sinditextilce.org.br

SINDFRIO - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FRIO E PESCA NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Elisa Maria Gradvolth Bezerra
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1009

SINDGRÁFICA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Raul Eduardo Fontenelle Filho
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5478
E-mail: sindgrafica@sindgrafica.org.br

SINDLACTICÍNIO - SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Henrique Girão Prata
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3261.6182
E-mail: sindlactincios@sfipec.org.br

SINDCAFÉ - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Jocely Dantas de Andrade Filho
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1015

SINDMASSAS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E BISCOITO NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Daniel Mota Gutiérrez
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1015
E-mail: sindmassas@sfipec.org.br

SINDIEMBALAGENS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL, PAPELÃO, CELULOSE E EMBALAGENS EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Roberto Romero Ramos
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1012
E-mail: sindiembalagens@sfipec.org.br

SINDIALIMENTOS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E RAÇÕES BALANCEADAS DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: André de Freitas Siqueira
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1015
E-mail: sindialimentos@sfipec.org.br

SIMAGRAN - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Carlos Rubens Araújo Alencar
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1001
E-mail: simagran@sfipec.org.br

SINDMÓVEIS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Geraldo Bastos Osterno Júnior
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1008
E-mail: sindmouveis@sfipec.org.br

SIMEC - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICA E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: José Sampaio de Souza Filho
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: 3421.5455
E-mail: simcec@simec.org.br

SINDPAN - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Ângelo Márcio Nunes de Oliveira
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.5477
E-mail: sindpan@sfipec.org.br

SINDQUÍMICA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS FARMACÊUTICAS E DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcos Antônio Ferreira Soares
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1019
E-mail: quimica@sfipec.org.br

SINDCARNAÚBA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS REFINADORAS DE CERA DE CARNAÚBA NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Edgar Gadelha Pereira Filho
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1004
E-mail: sindcarnauba@sfipec.org.br

SINDPNEUS - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE RECAUCHUTAGEM E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REFORMA DE PNEUS E SIMILARES NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcos Veríssimo de Oliveira
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone: (85) 3421.1017

SINDTRIGO - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO TRIGO NOS ESTADOS DO PARÁ, PARAÍBA, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: Roberto Prouença de Macêdo
Endereço: Rua Benedito Macedo, 775º andar - Cais do Porto - Fortaleza-CE CEP: 60180-415.
Telefone: (85) 3263.1430
E-mail: sindtrigo@sfipec.org.br

SIFAVEC - SINDICATO DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Vanildo Lima Marcelo
Endereço: Rua Estevão de Campos, 1200 - Barra do Ceará - CEP: 60331-240 - Fortaleza-CE.
Telefone: (85) 3237.0730

SINDVERDE - SINDICATO DAS EMPRESAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS NO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Marcos Augusto N. de Albuquerque
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3421.1020
E-mail: sindverde@sfipec.org.br

SINDCALC - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE CRATO

Presidente: Anna Gabriela Holanda De Moraes
Endereço: Rua Bárbara de Alencar, 789 - Sala 03 - Centro - CEP: 63100-000 - Crato - CE
Telefone: (88) 3523.2900 - Fax: (88) 3523.2610

SINDCAL - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS, CINTOS, LUVAS E MATERIAL DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO DE SOBRAL

Presidente: Gilceu Luiz Ribeiro
Endereço: Av. Pimentel Gomes, 214 - Alto da Expectativa - CEP: 62040-050 - Sobral-CE.
Telefones: (88) 3613.1001 / 3613.1089
E-mail: sincalsob@gmail.com

SINDINDÚSTRIA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS E VESTUÁRIOS DE JUAZEIRO DO NORTE E REGIÃO

Presidente: Antônio Barbosa Mendonça
Endereço: Avenida Leão Sampaio, 839 - Km 01 - Triângulo - Juazeiro do Norte-CE
CEP: 63040-000
Telefone/Fax: (88) 3571.2003 / (88) 3571.2010
E-mail: diretoria@sindindustria.com.br

SINDIMEST - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS E EMPRESAS DE INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Pedro Alfredo Silva Neto
E-mail: pedro.alfredo@ajpconsult.com.br
Telefone: (85) 262.4908

SINDSORVETES - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SORVETES DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Miriam Silva Pereira
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefone/Fax: (85) 4141.3733 / 3421.5495

SINDIENERGIA - SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DO SETOR ELÉTRICO DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente: Benildo Aguiar
Endereço: Ed. Casa da Indústria / FIEC
Telefones: (85) 3261.9182 / 3261.3711
E-mail: sindienergia@sfipec.org.br

SINCOPE/CE - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO CEARÁ

Presidente: Dinalvo Diniz
Endereço: Rua Tomas Acioly, 840 - 3º andar, sala 304 - Aldeota - Fortaleza - CE - CEP: 60135-180
Telefone: (85) 3246.7797
E-mail: contato@sinconpece.com.br

CEARENSE DA GEMA



O cearense é hospitaleiro, festeiro e trabalhador. Bem humorado, tem no humor a sua marca registrada. Possui uma linguagem rica de expressões, um modo de falar engraçado e em tudo que faz mostra-se habilidoso. É um povo naturalmente religioso, íntimo de muitos Santos. Quando quer chuva, pede a São José. Quando é seca, recorre ao Pe. Cícero, santo novo, ainda zero quilômetro de altar.

Quando Ziraldo veio ao Ceará pela primeira vez, na década de 70, observou que o fato de dormir de rede podia ter algo a ver com essa natureza mística do cearense, já que dormir assim "é ficar de certa forma, entre o céu e terra."

Ziraldo observou mais coisas. Até a nossa pobreza o encantou. Naqueles anos ainda dourados, Fortaleza tinha uma periferia sadia e o povo que morava na orla urbana do litoral, areava os copos, bebia a água limpa e dormida das quartinhas e era uma gente banhada. A miséria suja ainda não havia chegado. Ziraldo também encontrou traços característicos entre o cearense e o mineiro. "O Ceará é Minas com o mar, e Minas é o Ceará sem mar". Boa observação dele, mineiro. No entanto, se o mineiro come quieto, o cearense faz alarde até que do que não come, pois há uma longa tradição entre ele e a fome, nascida nos tempos das secas. A seca levou muitos cearenses, tanto para o outro mundo como para o mundo afora. Daí se pensar que Einstein, Mário Lanza e Napoleão eram cearenses, embora difícil de provar,

Talvez porque o Einstein mostrou ser moleque quando tirou aquela foto dando língua. O Mário Lanza porque era bocão e Napoleão porque não tinha pescoço e vivia com a mão na barriga, na certa com fome.

Quando me perguntam porque o cearense é assim, gaiato, engraçado, moleque, eu digo sempre que é por causa do sol.

Talvez seja o sol um dos fatores que tornam o nosso povo assim, expressivamente anárquico, intrinsecamente místico, substancialmente moleque e essencialmente trabalhador.

Mas, porque o sol não faz isso com os tuaregues, os árabes, os povos daquelas regiões áridas e semi-áridas como a nossa? Se não é o sol, talvez seja a lua.

Um amigo meu, astrônomo, cearense da gema, afirma categoricamente que a lua é cearense. Não sei se o telescópio dele de fabricação caseira é o responsável por sua afirmação ou se foi a similaridade que ele viu entre o satélite, o cearense e o seu estado: Não tem água, não tem pescoço e nos minguantes e crescentes tem a cabeça chata.

Portanto, se não é o sol que nos toma assim tão inoxidáveis, pode ser a lua. Somos um povo lunático portanto, com uma mania de grandeza que só a gente tem. Dizer que o Jaguaribe é o maior rio seco do mundo, vá lá. Mas dizer que a avenida Bezerra de Menezes é a maior avenida Bezerra de Menezes do mundo, extrapola.

No entanto, temos bons motivos para nos vangloriar. Quem libertou primeiro os escravos no Brasil? Redenção tai de prova. Nossa República pode até ser discutida, mas juntos com os pernambucanos fomos os primeiros a sonhar e a lutar por ela. Dizer que foi um cearense quem deu o último tiro na guerra do Paraguai é provável, mas também quem

há de desmentir? Nosso heroísmo é outro. O jangadeiro e o vaqueiro provam isso. O primeiro, enfrentando os mares bravios. O segundo, lutando no sertão brabo.

O cearense, digo sempre, pega o boi pelo rabo, a mulher pela cintura e o sol com a mão.

Somos exportadores de gente e talento, viajantes por natureza, hospitaleiros por indole.

Paçoca, carne seca, baião de dois, tapioca, pé de moleque, caldo de cana e rapadura, na cozinha é a nossa cultura. Lagosta e camarão se são raros em nossos pratos é porque mandamos pra fora. Aqui a gente fica com o caranguejo, com a buchada e a panelada nos embalos dos sábados ao meio dia. Sem esquecer a cachaça com limão, o caju, a seriguela. A catuaba, nossa viagra e nosso caviar, a ova da curimatã. Capim Santo é para nós o chá das cinco e a cidreira, nosso lexotan.

E se lhe perguntarem pelo canelau, as meninas das pernas finas, pelo queima raparigal e pelo cearense que vira a palma da mão pra cima pra pedir esmola ou ver se vem chuva, diga que tudo isso se acabou, que são coisas que o tempo levou. Que as moças agora são belas e parrudas, que plantamos uvas e exportamos flores.

Se somos ainda cabras da peste ou pai-déguas, éguas ou filhos de uma égua, isso pouco importa.

O jumento ainda é nosso irmão.

O importante é a sua alma que não é pequena e que faz tudo valer a pena, como dizia o poeta Pessoa, que deixou o Cariri pra ir morar em Lisboa.

E se alguém, daqui ou de fora, lhe perguntar porque o cearense é assim, responda como cearense e diga, seguindo os ditames da nossa matutice o axioma socrático:

- Sei lá, macho!



TODAS AS **SOLUÇÕES** QUE SUA **INDÚSTRIA** **PRECISA** ESTÃO EM **UM SÓ LUGAR.**

O Sistema FIEC integrou as áreas de tecnologia e inovação das entidades SESI, SENAI e IEL no Centro de Excelência em Inovação - CEI, um ambiente inovador e aberto às indústrias que desejam tornar-se cada vez mais competitivas.

O CEI atua com desenvolvimento de produtos e melhoria do portfólio, utiliza metodologias aderentes ao ecossistema de empreendedorismo e inovação aberta, além de criar e implantar as melhores práticas para transformação das oportunidades de inovação em negócios.

SAIBA MAIS

- **Propulsor de inovação para indústria:** realização de eventos em parceria com diversos órgãos para captação de ideias e projetos inovadores.
- **Co-incubação:** os resultados obtidos pelo propulsor de inovação, como modelos de negócios e projetos inovadores, serão apresentados às incubadoras e aceleradoras locais com o objetivo de incubação em parceria com a FIEC.
- **Aceleradora FIEC:** espaço destinado a startups que se graduaram na incubadora e que já possuem uma pequena carteira de clientes.



